INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS – IFMG
CAMPUS FORMIGA
ADMINISTRAÇÃO

MILENE LETÍCIA DE SÁ

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MORRO CAVADO EM FORMIGA-MG

FORMIGA-MG

2026

MILENE LETÍCIA DE SÁ

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MORRO CAVADO EM FORMIGA-MG

Monografia apresentada como parte dos requisitos do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Formiga, visando a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador (a): Manuela Carvalho Rodrigues

FORMIGA-MG

2026

Sá, Milene Letícia de
S111d Desafios e Oportunidades da agricultura familiar no Morro Cavado em Formiga - MG. / Milene Letícia de Sá - Formiga : IFMG, 2026.

58 p.:il. color.

Orientador: Profª. Manuela Carvalho Rodrigues

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* Formiga.

1. Agricultores. 2. Alimentos. 3. Programas públicos. 4. Renda. 5. Economia. I. Rodrigues, Manuela Carvalho. II. Título.

CDD 338.10981

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lívia Renata Santos- CRB/6-2561

MILENE LETÍCIA DE SÁ

DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MORRO CAVADO EM FORMIGA - MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração do Instituto Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Avaliado em: 29 de Outubro de 2026.

Nota: 90

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
MANUELA DE CARVALHO RODRIGUES
Data: 05/11/2026 19:58:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Manuela Rodrigues de Carvalho

Documento assinado digitalmente
gov.br
ARLETE APARECIDA DE ABREU
Data: 05/11/2026 13:44:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Arlete Aparecida de Abreu

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROBSON DE CASTRO FERREIRA
Data: 07/11/2026 12:55:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Robson de Castro Ferreira

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar os desafios e as oportunidades na organização e valorização da agricultura familiar na comunidade do Morro Cavado, em Formiga-MG. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de campo e de abordagem quantitativa, realizada por meio de um questionário composto por questões objetivas, aplicado entre maio e junho de 2026 a 21 agricultores familiares da comunidade. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, e confrontados com o referencial teórico. Os resultados indicaram propriedades com número reduzido de trabalhadores, predominância da mão de obra exclusivamente familiar (71,4%), gestão concentrada no núcleo familiar e combinação entre agricultura e pecuária. A comercialização ocorre principalmente por meio de laticínios, da CEASA e de atravessadores. O baixo preço dos produtos foi apontado como dificuldade por todos os participantes, seguido pelas condições das estradas (85,7%), pela falta de mão de obra (81%), pelos problemas climáticos e pelas falhas no fornecimento de energia (76,2% cada). Embora 95,2% dos agricultores conheçam o PRONAF, apenas 9,5% declararam ter recebido algum auxílio governamental; o PNAE foi mencionado por 4,8% dos participantes e o PAA não foi indicado por nenhum deles. Entre as oportunidades percebidas, destacaram-se a permanência no campo (90,5%), a segurança alimentar e a produção de alimentos frescos (76,2% cada) e a geração de empregos (71,4%), ao passo que a organização coletiva, o cooperativismo e a participação em programas governamentais foram pouco reconhecidos. Conclui-se que o fortalecimento da agricultura familiar no Morro Cavado depende de melhores condições de comercialização e de infraestrutura rural, da ampliação do acesso efetivo às políticas públicas, que ainda é restrito na comunidade, e do estímulo à organização coletiva dos agricultores.

Palavras-chave: Agricultores. Alimentos. Programas públicos. Renda. Economia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **5**

2 REFERENCIAL TEÓRICO **7**

2.1 BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL 7

2.2 OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL 10

2.3 AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL 14

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO MORRO CAVADO EM FORMIGA-MG 17

3 METODOLOGIA **20**

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO **22**

4.1 PERFIL DOS AGRICULTORES E CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES 22

4.2 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO 28

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIAS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE 33

4.4 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES DO MORRO CAVADO 38

4.5 OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MORRO CAVADO 42

5 CONCLUSÃO **46**

REFERÊNCIAS **49**

APÊNDICE A – SÍNTESE DOS ESTUDOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR UTILIZADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO **52**

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MORRO CAVADO **55**

1 INTRODUÇÃO

A agricultura, enquanto atividade econômica voltada à obtenção de alimentos, teve origem em áreas de vales férteis e, ao longo do tempo, passou por um processo de evolução técnica que visou otimizar a produtividade dos solos, com foco no aumento da eficiência produtiva (Lima; Silva; Iwata, 2019). Nesse processo histórico, a agricultura familiar consolidou-se como uma forma específica de organização produtiva, baseada principalmente na utilização da mão de obra da própria família.

Segundo Sambuichi et al. (2024), a agricultura familiar é predominante no meio rural brasileiro, representando cerca de 77% dos estabelecimentos do setor e sendo responsável por aproximadamente 23% do valor gerado pela produção agropecuária do país. Nesse contexto, os autores destacam a importância do incentivo a práticas sustentáveis nesse tipo de produção, como a agroecologia e a agricultura orgânica, que contribuem para a redução dos impactos ambientais, a oferta de alimentos mais saudáveis e a diminuição da exposição a agrotóxicos.

Na perspectiva de Lima, Silva e Iwata (2019), a agricultura familiar não apenas fortalece a segurança alimentar e a geração de renda no campo, mas também desempenha papel fundamental na preservação de técnicas sustentáveis de cultivo, na conservação da biodiversidade e na manutenção das tradições culturais.

> Assim a importância da agricultura familiar está na capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais. Nesse sentido podendo ser definido como uma forma de vida (Lima; Silva; Iwata, 2019, p. 57).

Em diversas regiões do Brasil, a agricultura familiar constitui importante sustentação da economia rural. De acordo com os resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017, 3.897.408 estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar, o que corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários do país. Esses estabelecimentos ocupavam 80,9 milhões de hectares, equivalentes a 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, e empregavam cerca de 10,1 milhões de pessoas, o que representa 67% do pessoal ocupado na agropecuária brasileira (IBGE, 2019). Conforme apontam Lima, Silva e Iwata (2019), esse modelo produtivo caracteriza-se por distintas formas de organização, que refletem uma ampla diversidade cultural, social e econômica. Entretanto, apesar de sua relevância, o setor ainda enfrenta entraves como

dificuldades na estruturação da produção, acesso limitado a políticas públicas, problemas logísticos para o escoamento da safra, carência de assistência técnica e necessidade de maior valorização de seus produtos.

No município de Formiga, em Minas Gerais, a comunidade rural do Morro Cavado configura-se como um espaço onde a agricultura familiar está presente no cotidiano das famílias e na dinâmica econômica local. Trata-se de uma região de base rural, com produção desenvolvida predominantemente por famílias que utilizam sua própria mão de obra nas atividades agrícolas. Contudo, assim como ocorre em outras localidades, essa forma de produção também está sujeita a limitações estruturais que dificultam sua consolidação e expansão. Conforme destacam Silva e Nunes (2023), a dificuldade de acesso a condições adequadas para atender às necessidades básicas e produtivas é um dos principais fatores que restringem o desenvolvimento desse segmento.

Diante desse contexto, esta pesquisa se norteia pelo seguinte problema: quais são os desafios e oportunidades enfrentados pela agricultura familiar na comunidade do Morro Cavado, em Formiga – MG?

O objetivo geral deste estudo é identificar os desafios e as oportunidades na organização e valorização da agricultura familiar no Morro Cavado. Como objetivos específicos, pretende-se: caracterizar a agricultura familiar na comunidade estudada; identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores locais; levantar as oportunidades existentes ou potenciais; e comparar os dados obtidos com a bibliografia especializada sobre o tema. Dessa forma, busca-se traçar um panorama atual da situação da agricultura familiar no território analisado e promover uma reflexão crítica sobre suas possibilidades de desenvolvimento.

A realização desta pesquisa justifica-se pela relevância da agricultura familiar no contexto do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, especialmente em municípios interioranos como Formiga. No cenário nacional, esse modelo produtivo destaca-se por seu papel central na promoção da segurança alimentar e nutricional, no estímulo às economias locais e na construção de uma relação mais harmoniosa entre os produtores e o meio ambiente, favorecendo o avanço de práticas sustentáveis no meio rural (EMBRAPA, 2020).

Além disso, de acordo com Lima, Silva e Iwata (2019), a agricultura familiar é fundamental não apenas na produção de alimentos, mas também na geração de trabalho e na preservação de aspectos culturais e ecológicos. Nesse sentido, investigar a realidade do Morro Cavado representa uma oportunidade de dar visibilidade a um grupo

frequentemente pouco contemplado em estudos acadêmicos. A ausência de registros específicos sobre essa localidade reforça ainda mais a importância deste trabalho, que poderá contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar na cidade e região. Conforme o IBGE (2020), o setor familiar desempenha papel estratégico no abastecimento de cadeias produtivas regionais e na estrutura do agronegócio brasileiro.

Dessa forma, o presente estudo propõe-se a contribuir para a compreensão das dinâmicas locais e das potencialidades que podem ser exploradas na valorização da produção familiar, oferecendo subsídios para ações mais integradas entre os diversos atores envolvidos na promoção do desenvolvimento rural sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Segundo Lima, Silva e Iwata (2019), a agricultura surgiu como um marco para a organização social humana, sendo resultado de transformações significativas, como mudanças nos hábitos alimentares, a criação de ferramentas destinadas à coleta e ao armazenamento de alimentos e, principalmente, o processo de sedentarização das comunidades. Ao longo do tempo, essa atividade foi assumindo diferentes formas de organização, dando origem a modelos produtivos diversos, entre eles a agricultura familiar.

A agricultura familiar é caracterizada pelo predomínio da mão de obra composta pelos próprios membros da família, sendo reconhecida não apenas como uma atividade econômica, mas como um modo de vida que articula trabalho, território, identidade e cultura. Nesse sentido, Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) a apontam como um dos pilares da sustentabilidade no Brasil e um agente relevante no desenvolvimento socioeconômico nacional. Conforme Cunha, Freitas e Salgado (2017), esse modelo produtivo destaca-se justamente por sua organização interna, na qual o núcleo familiar é diretamente responsável pelas atividades do campo, garantindo a preservação do modo de vida rural e a continuidade das práticas agrícolas.

No caso brasileiro, a agricultura familiar passou a ser mais amplamente debatida no meio acadêmico a partir da década de 1990, período em que se intensificaram os estudos sobre seus fundamentos teóricos e sua dinâmica de funcionamento (Santos;

Wander, 2024). Como destacam Lima, Silva e Iwata (2019, p. 65), embora seja frequentemente associada à agricultura de subsistência, à baixa renda ou à agricultura camponesa, "o que caracteriza esse setor é uma gestão da propriedade compartilhada pela família e a atividade agropecuária como principal fonte geradora de renda", além de uma relação particular do agricultor com a terra, que constitui simultaneamente seu local de trabalho e de moradia.

Historicamente, os pequenos produtores rurais enfrentaram grandes dificuldades para se manterem no campo, em função da desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira. Nesse sentido, conforme aponta Sena (2017, p. 19):

> [...] em um país desigual, é natural que os mais poderosos conservem as melhores condições gerais. De tal modo, os pequenos produtores, mesmo tendo acesso à posse de terras, não tinham políticas públicas que pudessem favorecer a produção e a manutenção da propriedade. Esta situação durou até as décadas de 1980 e 1990, quando houve mudanças mais consistentes para o agricultor familiar.

Segundo o autor, foi nesse período que o governo brasileiro passou a adotar medidas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, embora ainda existam controvérsias quanto ao alcance e à equidade dessas ações. Esse movimento também pode ser observado em âmbito estadual. Em Minas Gerais, por exemplo, Fortini (2021) demonstra, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, que a agricultura familiar representa parcela expressiva dos estabelecimentos rurais, embora continue enfrentando assimetrias históricas relacionadas ao acesso a crédito, assistência técnica e mercados.

Nesse contexto, as reflexões acadêmicas sobre a agricultura familiar se intensificaram, especialmente no âmbito da Geografia Agrária, onde, muitas vezes, se observou a confusão entre os conceitos de camponês e agricultor familiar (Lima; Silva; Iwata, 2019, p. 61). Além disso, consolidou-se no debate uma tendência de oposição entre agricultura familiar e agronegócio, frequentemente baseada em perspectivas dicotômicas que geraram leituras simplificadas e reducionistas dessa relação, conforme analisam Santos e Wander (2024).

As transformações econômicas vivenciadas no início da década de 1990, marcadas pela abertura comercial e pela desregulamentação dos mercados, também impactaram diretamente a agricultura familiar. Schneider, Cazella e Mattei (2021) apontam que esse processo afetou de forma mais intensa os agricultores da região Sul, ampliando a competitividade com os países do Mercosul e agravando os efeitos da crise

econômica anterior, como a redução do crédito agrícola e a queda da renda. Ainda que com diferentes intensidades regionais, esse cenário também atingiu estados como Minas Gerais, onde, segundo Oliveira (2012), as limitações de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a desigual distribuição dos recursos impactaram de modo diferenciado os agricultores familiares do Norte de Minas.

De todo modo, a agricultura familiar passou a conquistar maior visibilidade nas esferas econômica, política, acadêmica e social, especialmente com a criação do PRONAF, no início dos anos 1990. Segundo Silva (2015), esse programa representou um marco importante ao oferecer crédito específico para custeio e investimento em atividades produtivas. Conforme descrevem Gonçalves, Faria e Oliveira (2019), o PRONAF tem como objetivo ampliar a renda das famílias agricultoras e melhorar o uso da força de trabalho familiar.

Em 2006, houve novo impulso, quando foi sancionada a Lei nº 11.326, regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017, que instituiu um marco legal para a agricultura familiar no Brasil. Segundo Santos e Wander (2024), essas normativas introduziram o conceito de "empreendedor familiar rural" e redefiniram critérios para o reconhecimento desse segmento. De acordo com o referido decreto:

> Art. 3º I – Possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II – utilizar, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas do estabelecimento ou do empreendimento; III – auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV – ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (Brasil, 2017, p. 1).

Assim, para que um produtor rural seja reconhecido como agricultor familiar, é necessário que atenda aos critérios legalmente estabelecidos. A partir do século XXI, consolidou-se, no campo acadêmico, uma visão que insere a agricultura familiar como componente essencial de um sistema agroindustrial mais amplo e articulado, superando abordagens polarizadas e reducionistas (Santos; Wander, 2024).

Além do PRONAF, outros programas passaram a ocupar papel central no fortalecimento desse segmento, destacando-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo Silva (2015), o PNAE possibilita a venda direta dos produtos da agricultura familiar para instituições públicas, fortalecendo a economia local e garantindo uma fonte de renda estável aos agricultores.

Nesse sentido, como ressalta o autor:

> [...] o PNAE representa uma grande conquista para a agricultura familiar em relação às estratégias alternativas de compras dos seus produtos, uma vez que a compra é de forma direta pelo agricultor familiar, através da associação, no entanto, este agricultor necessariamente precisa estar organizado e depois cadastrado para que ele próprio tenha condições de gerir a sua venda (Silva, 2015, p. 15).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, constitui uma política pública de compras institucionais implementada pelo governo federal com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar e, simultaneamente, combater a insegurança alimentar e nutricional (Sambuichi et al., 2024). De acordo com os autores, o programa contribui para favorecer o acesso a outros canais de comercialização, melhorar a qualidade e a diversidade dos produtos e ampliar o acesso a informações técnicas para a gestão e planejamento da produção (Sambuichi et al., 2024, p. 44). O PAA também desempenha papel relevante na promoção da segurança alimentar, ao melhorar as condições de alimentação dos próprios produtores e de suas comunidades, especialmente nos casos em que a produção é voltada para o autoconsumo. Dessa forma, os programas de compras institucionais se configuram como instrumentos fundamentais para a valorização da agricultura familiar, ampliando suas possibilidades de inserção econômica e fortalecendo sua permanência no meio rural.

Apesar da regulamentação e da existência dos programas e políticas, ainda há problemas de acesso e operacionalização das políticas públicas. Segundo Assis, França e Coelho (2019), no contexto dos municípios do Estado de Minas Gerais, os agricultores familiares ainda enfrentam obstáculos estruturais para acessar plenamente esses programas, apesar de reconhecerem seu potencial para geração de renda e fortalecimento local. Observa-se que a agricultura familiar no Brasil se desenvolveu em meio a diferentes tensões, transformações e políticas públicas, revelando tanto seus avanços quanto suas limitações estruturais. Essa compreensão inicial é fundamental para a análise dos desafios contemporâneos enfrentados pela agricultura familiar, que serão discutidos no próximo tópico.

2.2 OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Grande parte dos desafios enfrentados pela agricultura familiar no Brasil está relacionada a limitações estruturais históricas, especialmente a concentração fundiária e

as dificuldades de acesso a recursos essenciais à produção, como assistência técnica, crédito rural, tecnologias apropriadas e infraestrutura básica. Esses entraves atingem de forma mais intensa as famílias em situação de vulnerabilidade social, ampliando desigualdades no campo e reduzindo sua competitividade frente às grandes corporações do agronegócio, caracterizadas por elevados níveis de capitalização, organização e domínio tecnológico (Silva; Nunes, 2023). Além disso, a vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias agricultoras manifesta-se em condições precárias de renda e restrições no acesso a serviços e infraestrutura, o que dificulta a manutenção da atividade produtiva e limita as possibilidades de investimento e modernização (Silva; Costa, 2023).

Entre esses desafios, destaca-se a limitação no acesso a máquinas e equipamentos agrícolas, aspecto que compromete a modernização das unidades produtivas familiares e restringe sua capacidade de ampliar a escala de produção. Nesse sentido, Gonçalves, Faria e Oliveira (2019, p. 34) afirmam que "um dos maiores desafios para a agricultura familiar é implementar o uso de maquinários e outros recursos necessários à agricultura". Essa dificuldade é reforçada por Lima, Silva e Iwata (2019), que apontam a escassez de recursos financeiros como um fator que inviabiliza investimentos em inovação tecnológica e compromete o desempenho produtivo dessas unidades.

Outro entrave relevante refere-se à organização e formalização das unidades produtivas familiares. Embora se observe, nas últimas décadas, um crescimento no número de associações e organizações vinculadas à agricultura familiar, muitas delas encontram dificuldades para se manterem ativas e regularizadas, o que limita seu acesso a políticas públicas. Segundo Silva (2015), a formalização é uma condição fundamental para a participação em programas como PNAE, sendo decisiva para a ampliação da renda, a melhoria das condições de vida e o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico local.

Essa fragilidade organizacional também se relaciona com a baixa capacitação técnica e gerencial de muitos agricultores familiares. De acordo com Silva e Nunes (2023), mesmo diante do reconhecimento institucional da agricultura familiar, persistem dificuldades históricas ligadas à gestão das unidades produtivas, à organização da produção e ao acesso a informações técnicas. Tais limitações impactam diretamente a sustentabilidade econômica dessas famílias e comprometem sua permanência no meio rural, sobretudo entre jovens que não percebem perspectivas de continuidade na atividade agrícola, reforçando ainda mais os desafios associados à vulnerabilidade socioeconômica no campo.

Dentre os desafios estruturais, a comercialização da produção se apresenta como um dos mais críticos. Conforme destaca Silva (2015, p. 16),

> [...] diversos estudos consideram que a comercialização dos produtos da agricultura familiar ainda é um dos grandes problemas enfrentados pelos pequenos agricultores. Autores afirmam que os agricultores familiares, sobretudo no Nordeste, têm enfrentado historicamente problemas de integração ao mercado de forma que garanta a geração de renda suficiente para provimento da família com dignidade.

Essa dificuldade de inserção em mercados justos e estáveis compromete a geração de renda e a sustentabilidade econômica das famílias agricultoras. A dependência de intermediários, a precariedade das redes de escoamento da produção e as assimetrias de poder nas relações comerciais tornam os agricultores familiares mais vulneráveis às oscilações do mercado, limitando sua autonomia econômica e seu poder de negociação.

No contexto mineiro, por exemplo, Costa, Amorim Junior e Silva (2015) apontam que, mesmo com a existência de políticas de compras governamentais, muitos agricultores enfrentam dificuldades para acessar esses mercados, seja por barreiras burocráticas, falta de informação, ou ausência de organização coletiva. Fortini (2021) também ressalta que, em Minas Gerais, as desigualdades regionais e estruturais impactam de forma diferenciada os agricultores familiares, exigindo políticas específicas e territorialmente sensíveis.

Por último, cabe mencionar a vulnerabilidade socioeconômica. Conforme Silva e Nunes (2023) e Silva e Costa (2023), muitas famílias agricultoras enfrentam condições precárias de renda e limitações no acesso a serviços, infraestrutura e oportunidades de desenvolvimento, o que reforça desigualdades históricas no meio rural e dificulta a manutenção e expansão das atividades produtivas. Essas questões também são relevantes para comunidades rurais de pequeno porte, como o Morro Cavado, em Formiga – MG, o que reforça a importância de compreender como tais limitações se manifestam no contexto local.

Portanto, os desafios enfrentados pela agricultura familiar no Brasil não se restringem apenas à esfera produtiva, mas envolvem dimensões econômicas, sociais, organizacionais e institucionais. A superação dessas limitações exige não apenas políticas públicas eficazes, mas também estratégias voltadas ao fortalecimento da organização coletiva, da capacitação técnica e da ampliação do acesso a mercados.

Dessa forma, torna-se fundamental analisar, no próximo tópico, as principais oportunidades existentes para a agricultura familiar no Brasil, especialmente aquelas relacionadas à cooperação, aos mercados institucionais e às estratégias de fortalecimento produtivo e organizacional desse segmento.

A síntese dos principais desafios da agricultura familiar identificados na literatura utilizada neste trabalho está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Principais desafios da agricultura familiar no Brasil

Desafio identificado	**Descrição no contexto da agricultura familiar**	**Autores que fundamentam**	**Possível relação com o Morro Cavado**
Concentração fundiária e desigualdade estrutural	A estrutura agrária historicamente favorece grandes produtores, limitando as condições de permanência e expansão dos agricultores familiares, além de reforçar desigualdades sociais no campo.	Silva; Nunes (2023); Sena (2017); Fortini (2021)	Pode influenciar o tamanho das propriedades e restringir investimentos e expansão produtiva na comunidade.
Limitação de acesso ao maquinário (mecanização e tecnologia)	A dificuldade de acesso a crédito, aliada ao alto custo de máquinas e à baixa inserção tecnológica, compromete a modernização produtiva e reduz a capacidade de competir em escala e qualidade.	Silva; Nunes (2023); Gonçalves; Faria; Oliveira (2019); Lima; Silva; Iwata (2019); Silva (2015)	Pode manter formas mais manuais de produção, limitar produtividade e organização do escoamento da produção local.
Falta de formalização	Dificuldade de organização coletiva e de regularização em associações ou cooperativas, limitando o acesso a políticas públicas e programas institucionais.	Silva (2015); Silva; Nunes (2023); Costa; Amorim Junior; Silva (2015)	Pode dificultar acesso sistemático ao PNAE/PAA e reduzir força de negociação coletiva da comunidade.
Baixa capacitação	Insuficiência de apoio técnico e dificuldades gerenciais comprometem o planejamento, a gestão	Gonçalves; Faria; Oliveira (2019); Silva; Nunes (2023); Silva (2024)	Pode estar relacionada a dificuldades relatadas informalmente

	e a eficiência produtiva, restringindo o desenvolvimento das unidades familiares.		pelos agricultores e à baixa adoção de práticas de gestão.
Dificuldades de comercialização / dependência de atravessadores	Dificuldade de integração a mercados estáveis, dependência de intermediários e limitações logísticas diminuem renda e autonomia do agricultor familiar.	Silva (2015); Pereira; Brito; Pereira (2017); Assis; França; Coelho (2019)	Pode explicar o envio à CEASA e a necessidade de atravessadores, reduzindo margem de lucro dos agricultores locais.
Vulnerabilidade socioeconômica	Muitas famílias enfrentam condições precárias de renda, acesso a serviços e infraestrutura.	Silva; Nunes (2023); Silva; Costa (2023)	Pode afetar a estabilidade produtiva, a permanência das famílias no meio rural e as condições de reprodução social da agricultura familiar.

Fonte: A autora (2026).

2.3 AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Nas últimas décadas, a agricultura familiar tem sido progressivamente reconhecida como um modo de vida e de produção fundamental no contexto rural brasileiro, deixando de ser vista apenas como uma atividade de subsistência para ser compreendida como um modelo estratégico de desenvolvimento sustentável. Conforme apontam Silva e Nunes (2023), sua relevância está associada à capacidade de promover um desenvolvimento mais dinâmico, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança alimentar, gera empregos no campo e amplia a renda das famílias agricultoras.

Nesse sentido, Lima, Silva e Iwata (2019, p. 57) ressaltam que:

> [...] a importância da agricultura familiar está na capacidade de promover a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, a mitigação da pobreza, a conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais. Nesse sentido podendo ser definido como uma forma de vida.

Essa perspectiva amplia o entendimento da agricultura familiar para além de sua dimensão econômica, reconhecendo-a como uma expressão cultural, social e territorial que sustenta modos de vida no meio rural.

Uma das principais oportunidades para o fortalecimento desse segmento reside no avanço das políticas públicas voltadas ao meio rural. Segundo Silva e Nunes (2023), essas políticas devem priorizar instrumentos que estimulem a valorização da agricultura familiar por meio do fortalecimento de sua organização coletiva. Entre essas estratégias, destacam-se as formas associativas de organização produtiva e comunitária, bem como o incentivo ao cooperativismo e à articulação em redes de colaboração, que contribuem para estruturar processos mais eficientes de produção, comercialização e consumo, alinhados aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a organização social dos agricultores familiares configura-se como um elemento estratégico. Conforme enfatiza Silva (2015, p. 17),

> [...] deve-se buscar estimular a organização coletiva dos agricultores rurais com o fortalecimento da organização social interna, através da associação/associativismo, pois, este desempenha um papel fundamental na viabilização da agricultura familiar, uma vez que para inserção nos mercados institucionais se faz necessário à organização interna dos atores sociais...

Segundo o autor, a participação em associações fortalece o empoderamento dos agricultores, permitindo sua inserção em programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ampliando sua capacidade de atuação econômica e política nos territórios rurais.

Além disso, programas sociais como o Bolsa Família e a aposentadoria rural também exercem papel indireto no fortalecimento da agricultura familiar. Conforme aponta Sena (2017), essas políticas contribuem para a permanência das famílias no meio rural, reduzindo a pressão migratória e favorecendo a continuidade das atividades produtivas, especialmente entre as novas gerações, que muitas vezes tendem a se afastar do campo diante da ausência de perspectivas.

Outro eixo importante de oportunidades diz respeito ao cooperativismo. Para Gonçalves, Faria e Oliveira (2019), as cooperativas se apresentam como agentes de transformação da agricultura familiar, ao oferecer suporte técnico, incentivar a permanência dos agricultores no meio rural e facilitar o acesso aos canais de comercialização. Essas organizações contribuem para a qualificação dos produtores e para o fortalecimento de sua autonomia produtiva e econômica.

Silva e Nunes (2023) enfatizam que a inserção em cooperativas representa uma alternativa estratégica para enfrentar desafios estruturais do setor, sobretudo no que se refere à organização da produção, à agregação de valor aos produtos e à ampliação do acesso aos mercados. Isso possibilita não apenas o aumento da renda, mas também maior estabilidade econômica e fortalecimento das dinâmicas locais de desenvolvimento.

É importante reconhecer que essas oportunidades não se manifestam de maneira uniforme em todo o território nacional. Sua efetivação depende das condições sociais, econômicas e institucionais presentes em cada localidade. Por essa razão, torna-se fundamental compreender como essas oportunidades se expressam em contextos específicos, como é o caso da comunidade do Morro Cavado, em Formiga – MG, cuja caracterização será apresentada no próximo tópico.

O Quadro 2 sintetiza as principais oportunidades da agricultura familiar no Brasil, conforme discutidas neste tópico.

Quadro 2 - Principais oportunidades da agricultura familiar no Brasil

Eixo de oportunidade	**Descrição**	**Autores de referência**
Desenvolvimento sustentável	A agricultura familiar é reconhecida como modelo estratégico de desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo e ambientalmente responsável, superando a visão limitada de atividade de subsistência.	Silva; Nunes (2023); Lima; Silva; Iwata (2019)
Segurança alimentar	A agricultura familiar contribui de forma relevante para o abastecimento alimentar da população, especialmente no fornecimento de alimentos frescos e diversificados, fortalecendo a soberania alimentar e nutricional.	Lima; Silva; Iwata (2019); Silva; Nunes (2023)
Geração de emprego e renda	Este segmento amplia as oportunidades de trabalho no meio rural, favorecendo a permanência das famílias no campo e o fortalecimento das economias locais.	Silva; Nunes (2023); Lima; Silva; Iwata (2019)
Acesso a políticas públicas	Políticas públicas voltadas ao meio rural devem priorizar instrumentos que estimulem a valorização da agricultura familiar, ampliando o acesso a programas institucionais e mercados organizados.	Silva; Nunes (2023)
Organização coletiva	A organização social (associação/associativismo) fortalece o empoderamento dos agricultores familiares, favorece o acesso a mercados institucionais e	Silva (2015); Silva; Nunes (2023)

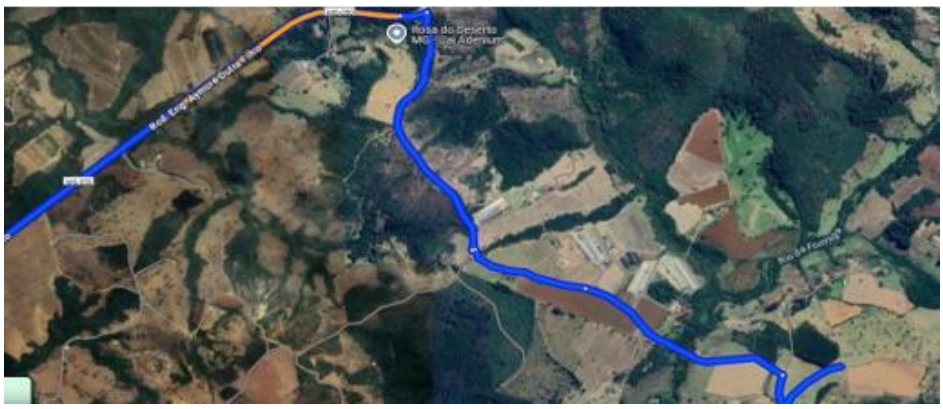
	amplia a capacidade de atuação econômica e política nos territórios.	
Acesso a programas sociais (permanência no campo)	Programas como Bolsa Família e aposentadoria rural contribuem indiretamente para a permanência das famílias no meio rural, reduzindo pressões migratórias e favorecendo a continuidade da produção agrícola.	Sena (2017)
Cooperativismo	Cooperativas se configuram como agentes de transformação, oferecendo suporte técnico, facilitando o acesso aos canais de comercialização, promovendo qualificação e fortalecendo a autonomia produtiva e econômica dos agricultores familiares.	Gonçalves; Faria; Oliveira (2019); Silva; Nunes (2023)
Ampliação do acesso aos mercados e agregação de valor	A inserção em cooperativas e redes de colaboração favorece a organização da produção, a agregação de valor e o acesso ampliado aos mercados, contribuindo para o aumento da renda e estabilidade econômica.	Silva; Nunes (2023); Gonçalves; Faria; Oliveira (2019)

Fonte: A autora (2026).

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO MORRO CAVADO EM FORMIGA-MG

A comunidade rural do Morro Cavado, situada no município de Formiga, estado de Minas Gerais, localiza-se aproximadamente nas coordenadas geográficas 20°22′33″ de latitude sul e 45°20′52″ de longitude oeste (Google, 2026). Trata-se de uma área predominantemente rural, cujas características físicas, territoriais e socioeconômicas favorecem o desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura familiar, a qual se configura como uma das principais fontes de subsistência e geração de renda das famílias residentes na localidade.

Figura 1 - Localização da comunidade do Morro Cavado no município de Formiga/MG



Fonte: Google (2026).

Não foram identificados estudos acadêmicos sistematizados nem registros oficiais específicos sobre a agricultura familiar no Morro Cavado, o que confere caráter exploratório à caracterização apresentada nesta seção. Com base em informações da administração municipal e em observações da própria pesquisadora, moradora da região, estima-se que entre 50 e 80 famílias vivam na comunidade e desenvolvam atividades produtivas de base familiar.

As principais atividades produtivas desenvolvidas no território abrangem o cultivo de milho, feijão e hortaliças diversas, além da criação de animais como bovinos, suínos e aves, configurando um sistema produtivo diversificado. Essa produção é destinada tanto ao autoconsumo quanto à comercialização em mercados locais e regionais, o que evidencia a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar das próprias famílias e para a economia local e regional.

Figura 2 - Plantação cultivada por agricultores familiares da comunidade



Fonte: A autora (2025).

Figura 3 - Criação de gado na zona rural do Morro Cavado



Fonte: A autora (2025).

Observa-se, ainda, que os agricultores da comunidade adotam práticas de manejo e pós-colheita que indicam preocupação com a qualidade dos produtos ofertados. As hortaliças e verduras produzidas passam por processos manuais de seleção e higienização antes de serem encaminhadas aos pontos de comercialização. Parte significativa dessa produção é enviada ao entreposto da CEASA[1], em Belo Horizonte, de onde é redistribuída para outras regiões do estado de Minas Gerais, ampliando o alcance comercial dos produtos e o retorno econômico para os produtores locais.

Figura 4 - Pimentões higienizados sendo enviados para a CEASA em Belo Horizonte



Fonte: A autora (2025).

[1] CEASA (Centrais de Abastecimento) refere-se a entrepostos atacadistas destinados à comercialização e distribuição de produtos hortigranjeiros, conectando produtores rurais a mercados regionais e nacionais.

No que se refere ao acesso a políticas públicas, a pesquisa de campo indicou que apenas 9,5% dos participantes declararam ter recebido algum tipo de auxílio governamental, sempre por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), embora 95,2% afirmem conhecer ou já ter ouvido falar desse programa. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi mencionado por apenas 4,8% dos agricultores, nenhum participante indicou conhecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e não houve registro de comercialização da produção por meio de programas governamentais, conforme detalhado na seção 4.3.

Cabe destacar que a caracterização apresentada nesta seção se baseia, em parte, em observações realizadas pela própria pesquisadora, enquanto moradora da região, e em relatos dos residentes, possuindo, portanto, caráter descritivo e exploratório. Esses aspectos foram aprofundados por meio da pesquisa de campo, cujos resultados são apresentados e discutidos na seção 4.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de campo e de abordagem quantitativa, desenvolvida na comunidade rural do Morro Cavado, localizada no município de Formiga – MG. A escolha desse delineamento está relacionada ao objetivo de caracterizar a agricultura familiar existente na comunidade, identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores e levantar as oportunidades existentes ou potenciais para o fortalecimento dessa atividade.

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário aos agricultores familiares da comunidade, elaborado na ferramenta Google Forms e também disponibilizado em versão impressa, obtendo-se, ao todo, 21 respostas. O instrumento, apresentado no Apêndice B, foi organizado em quatro blocos (perfil do produtor, caracterização da propriedade, caracterização da atividade produtiva e desafios e oportunidades da agricultura familiar) e composto por 19 questões objetivas, de escolha única ou de múltipla escolha. Algumas delas eram complementadas por campos discursivos curtos, como a opção "Outro", a área de formação, a descrição da atividade exercida e o tipo de auxílio governamental recebido. As informações registradas nesses campos foram consideradas na contagem das respostas, de modo que todos os dados pudessem ser expressos em frequências e percentuais.

A elaboração do questionário tomou como base os instrumentos de coleta utilizados nos trabalhos de Silva (2021), que investigou a gestão das propriedades de agricultores familiares da comunidade de Sítio Barreiros, em Aratuba-CE, e de Silva (2024), que analisou os desafios e as oportunidades da agricultura familiar relacionados à assistência técnica e ao acesso a recursos por pequenos produtores rurais em Iaciara-GO. Contudo, as questões foram adaptadas aos objetivos específicos desta pesquisa e à realidade da comunidade do Morro Cavado. Antes da aplicação final, foi realizado um período de teste, no qual o questionário foi apresentado a alguns agricultores para verificação da clareza das questões. A aplicação final ocorreu entre 3 de maio e 23 de junho de 2026, majoritariamente por meio do envio do link do formulário digital via WhatsApp. Em alguns casos, o questionário foi entregue em versão impressa, a fim de ampliar a adesão à pesquisa.

O questionário contemplou diferentes dimensões da agricultura familiar no Morro Cavado. Inicialmente, foram levantadas informações relacionadas ao perfil dos produtores, como idade e grau de instrução, seguidas de questões destinadas à caracterização das propriedades e das atividades desenvolvidas. Também foram investigados aspectos relacionados à mão de obra, formas de produção e comercialização, autoconsumo, organização das atividades e dos recursos financeiros, acesso a apoio governamental e conhecimento sobre programas destinados à agricultura familiar.

Além desses aspectos, o instrumento possibilitou identificar as tecnologias e os maquinários utilizados pelos produtores, bem como práticas relacionadas à sustentabilidade, incluindo utilização de agrotóxicos, descarte de resíduos e preservação das nascentes. Por fim, foram investigados diretamente os principais desafios percebidos pelos agricultores e as oportunidades consideradas relevantes para o fortalecimento da agricultura familiar na comunidade.

Para o tratamento dos dados, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, com análise das frequências absolutas e relativas e dos percentuais obtidos em cada questão. Os resultados foram organizados e apresentados por meio de gráficos, permitindo visualizar as características predominantes entre os participantes. Nas questões de múltipla escolha, os percentuais foram calculados em relação ao total de 21 participantes, razão pela qual a soma das alternativas pode ultrapassar 100%.

A análise foi organizada de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. Primeiramente, foram examinadas as respostas destinadas à caracterização dos agricultores, das propriedades e das atividades produtivas. Em seguida, foram analisadas

as questões referentes aos principais desafios enfrentados pelos produtores e, posteriormente, às oportunidades existentes ou potenciais identificadas pelos participantes. Na versão efetivamente aplicada do questionário, as questões 18 e 19 correspondem, respectivamente, à identificação dos desafios e das oportunidades da agricultura familiar no Morro Cavado.

Por fim, as respostas ao questionário foram confrontadas com o referencial teórico no que se refere às seguintes categorias: metodologia da pesquisa, principais desafios da agricultura familiar e principais benefícios. A sistematização dos dados das pesquisas que compõem o referencial consta no Apêndice A. A partir da comparação dos resultados, que buscou identificar convergências e divergências entre a realidade observada no Morro Cavado e as demais pesquisas sobre agricultura familiar, foram levantadas hipóteses explicativas fundamentadas na realidade local. Essa articulação entre os dados empíricos e a literatura possibilitou interpretar os resultados considerando as particularidades econômicas, produtivas, sociais e territoriais da comunidade estudada.

Durante a elaboração deste trabalho, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial generativa ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, exclusivamente como recurso auxiliar para o melhoramento da redação de alguns parágrafos e para a elaboração de resumos dos artigos selecionados. O conteúdo produzido com auxílio da ferramenta foi posteriormente revisado e conferido pela autora antes de sua incorporação ao texto final.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

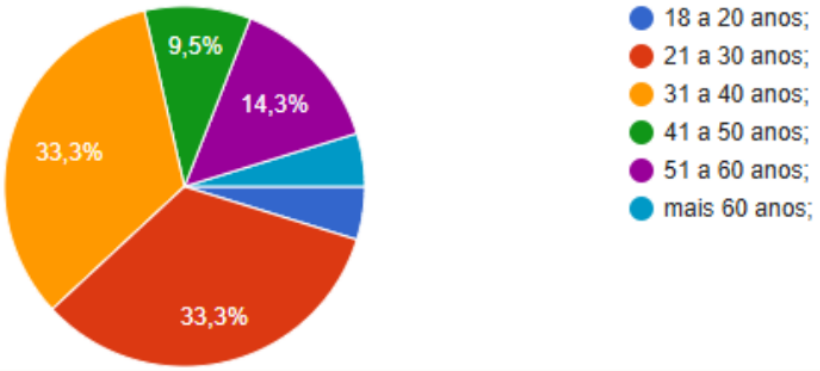
4.1 PERFIL DOS AGRICULTORES E CARACTERIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES

A caracterização dos participantes constitui uma etapa importante para a compreensão da agricultura familiar no Morro Cavado, pois permitiu identificar aspectos relacionados à idade, escolaridade, experiência na atividade rural, tipo de produção e organização da mão de obra. Foram consideradas, nesta pesquisa, as respostas dos 21 agricultores participantes, possibilitando delinear um panorama inicial das características das unidades produtivas investigadas.

Em relação à idade, verificou-se maior concentração de participantes nas faixas de 21 a 30 anos e de 31 a 40 anos, ambas representando 33,3% dos respondentes. Na sequência, 14,3% encontram-se entre 51 e 60 anos, enquanto 9,5% possuem entre 41 e 50 anos. As faixas de 18 a 20 anos e acima de 60 anos apresentaram menor participação,

com 4,8% cada. Esses resultados demonstram uma composição etária relativamente diversificada, embora se observe predominância de agricultores entre 21 e 40 anos, que correspondem conjuntamente a 66,7% da amostra (Figura 5).

Figura 5 - Faixa etária dos agricultores participantes da pesquisa



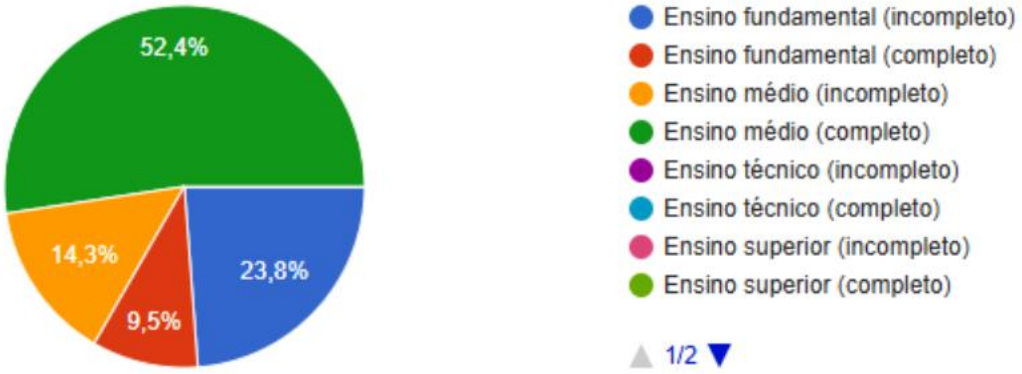
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A presença expressiva de agricultores adultos mais jovens constitui um aspecto relevante para a continuidade da agricultura familiar na comunidade, especialmente diante das discussões relacionadas à permanência das novas gerações no meio rural. Conforme Sena (2017), a continuidade das atividades familiares no campo depende, entre outros fatores, da existência de condições econômicas e sociais que tornem essa atividade atrativa e viável para os agricultores e seus familiares. Assim, o perfil encontrado no Morro Cavado sugere a existência de participação significativa de pessoas em idade economicamente ativa na condução das atividades rurais.

Quanto ao grau de instrução, observa-se que 52,4% dos agricultores possuem ensino médio completo, representando a maioria dos participantes. Outros 23,8% possuem ensino fundamental incompleto, 14,3% ensino médio incompleto e 9,5% ensino fundamental completo. Não foram registradas respostas nas demais categorias de escolaridade disponibilizadas no questionário (Figura 6).

Figura 6 - Grau de instrução dos agricultores participantes da pesquisa

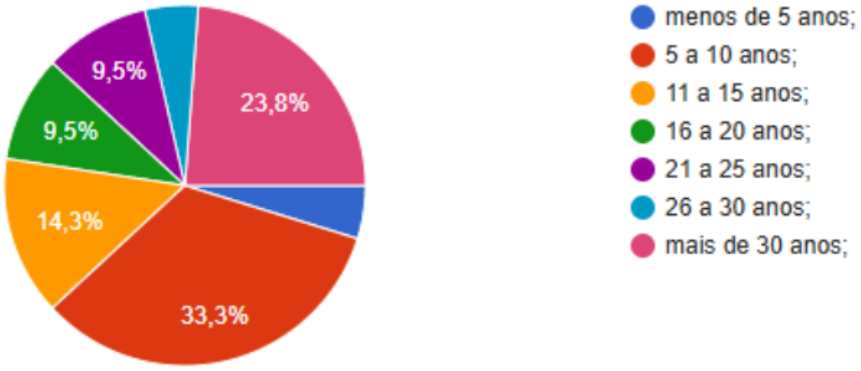
Fonte: Dados da pesquisa (2026).



A escolaridade constitui uma variável relevante para a compreensão das possibilidades de organização, acesso à informação e participação dos agricultores em iniciativas coletivas. Silva e Nunes (2023), ao analisarem a agricultura familiar e o cooperativismo no Brasil, identificaram a escolaridade entre os fatores relacionados à participação dos agricultores familiares em cooperativas. Nesse sentido, o predomínio do ensino médio completo entre os participantes pode representar uma condição favorável para o acesso a informações, programas de apoio e formas organizadas de atuação, embora essa relação precise ser analisada em conjunto com as demais respostas da pesquisa.

Em relação ao tempo de atuação na atividade rural, verifica-se a presença simultânea de produtores com diferentes níveis de experiência. A faixa de 5 a 10 anos apresentou a maior frequência, correspondendo a 33,3% dos participantes, seguida pelos agricultores com mais de 30 anos de atuação, que representam 23,8%. Entre os demais, 14,3% possuem entre 11 e 15 anos de experiência; 9,5%, entre 16 e 20 anos; outros 9,5%, entre 21 e 25 anos; enquanto 4,8% estão na atividade há menos de cinco anos e 4,8% possuem entre 26 e 30 anos de atuação (Figura 7).

Figura 7 - Tempo de atuação dos agricultores na atividade rural

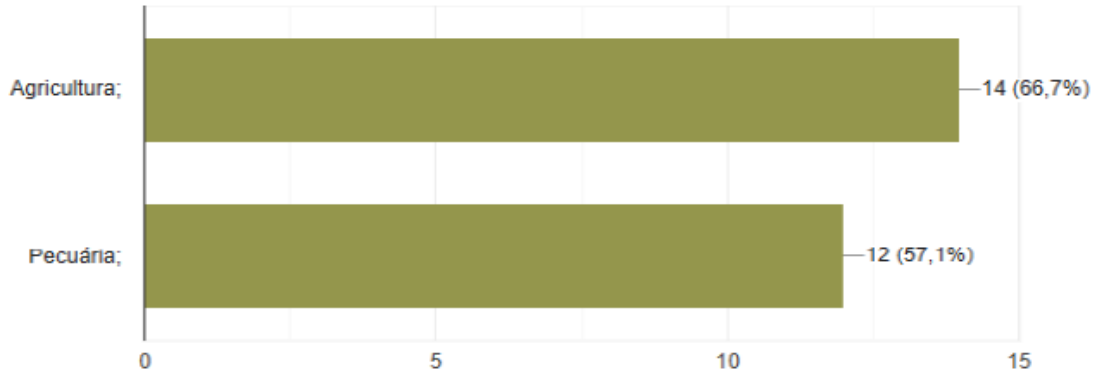


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados evidenciam que a agricultura familiar no Morro Cavado reúne tanto produtores com trajetória mais recente quanto agricultores com décadas de experiência. Esse aspecto demonstra a permanência da atividade ao longo das gerações e revela a coexistência de diferentes níveis de conhecimento prático acumulado, elemento que poderá contribuir para a interpretação de outros resultados, especialmente aqueles relacionados ao uso de tecnologias, acesso a políticas públicas e percepção dos desafios e oportunidades existentes na comunidade.

No que se refere à principal atividade desenvolvida nas propriedades, 66,7% dos participantes indicaram a agricultura, enquanto 57,1% assinalaram a pecuária. Como a questão permitia a indicação de mais de uma alternativa, os percentuais não são excludentes e revelam que parte das propriedades combina as duas atividades. Nas respostas descritivas complementares também foram mencionadas diferentes formas de produção agrícola e pecuária, incluindo cultivos de hortaliças e outras culturas, além da produção leiteira (Figura 8).

Figura 8 - Principais atividades desenvolvidas nas propriedades

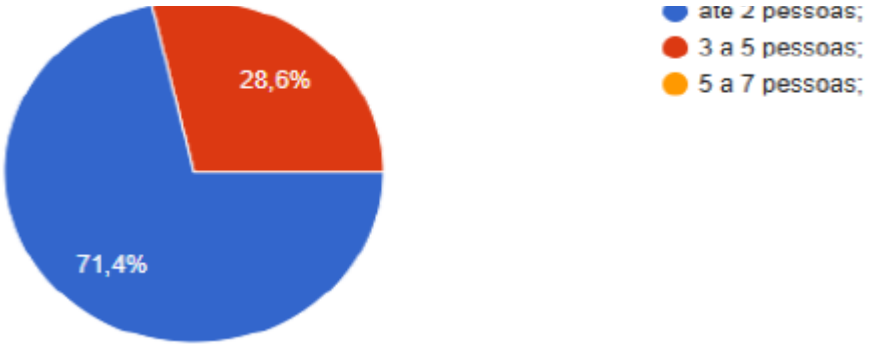


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A coexistência entre agricultura e pecuária demonstra a diversificação das atividades desenvolvidas pelas famílias do Morro Cavado. Essa característica é coerente com a compreensão da agricultura familiar como uma forma de organização produtiva que não se restringe a uma única atividade, podendo incorporar diferentes estratégias de produção e geração de renda. Lima, Silva e Iwata (2019) destacam justamente a diversidade que caracteriza a agricultura familiar brasileira, enquanto Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) ressaltam sua importância econômica e social para a manutenção das famílias no meio rural.

A estrutura de trabalho das propriedades também apresenta características marcadamente familiares. Em 71,4% das unidades investigadas trabalham até duas pessoas, enquanto 28,6% contam com três a cinco trabalhadores. Nenhum participante indicou a presença de cinco a sete pessoas trabalhando na propriedade, o que evidencia unidades produtivas organizadas em torno de grupos reduzidos de trabalhadores (Figura 9). Nas propriedades em que foi assinalada a opção de até duas pessoas, a resposta corresponde, em geral, a um casal que conduz as atividades produtivas.

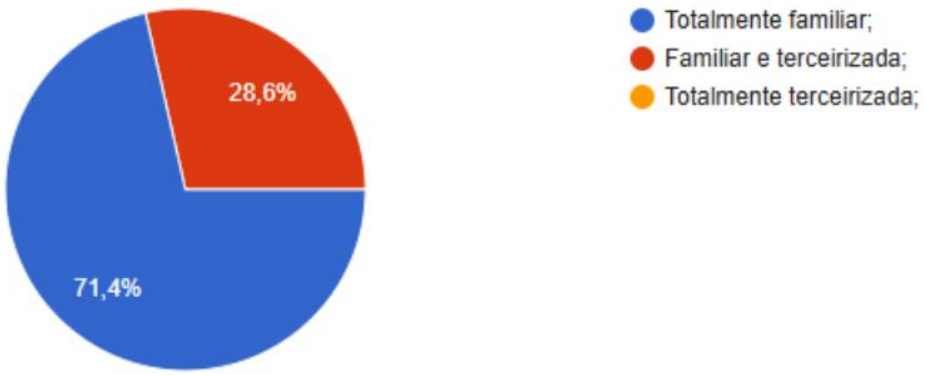
Figura 9 - Número de pessoas que trabalham nas propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Essa característica torna-se ainda mais evidente quando analisado o tipo de mão de obra empregada. Para 71,4% dos participantes, a mão de obra utilizada é totalmente familiar, enquanto 28,6% combinam trabalhadores familiares e terceirizados. Nenhum respondente declarou utilizar exclusivamente mão de obra terceirizada (Figura 10).

Figura 10 - Tipo de mão de obra empregada nas atividades



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados referentes à mão de obra estão diretamente relacionados à própria definição de agricultura familiar apresentada no referencial teórico. A legislação brasileira estabelece entre os critérios para o reconhecimento do agricultor familiar a utilização predominantemente de mão de obra da própria família e a gestão familiar do estabelecimento (Brasil, 2017). Da mesma forma, Lima, Silva e Iwata (2019) e Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) ressaltam que a participação direta dos membros da família constitui uma das características centrais desse modelo produtivo.

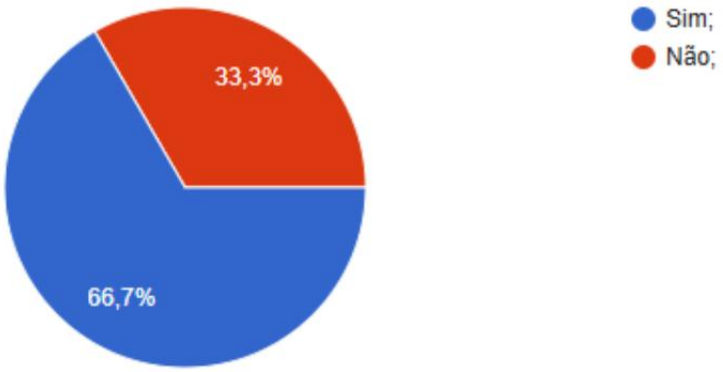
De modo geral, os dados permitem caracterizar os participantes do Morro Cavado como agricultores predominantemente em idade economicamente ativa, com maior concentração no ensino médio completo, experiência diversificada na atividade rural e atuação tanto na agricultura quanto na pecuária. As unidades produtivas apresentam número reduzido de trabalhadores e forte predominância da mão de obra familiar, confirmando características identificadas pela literatura como próprias da agricultura familiar. A partir dessa caracterização inicial, torna-se possível aprofundar a análise sobre as condições em que essas atividades são desenvolvidas, especialmente quanto à disponibilidade de mão de obra, formas de comercialização, gestão da propriedade, acesso a políticas públicas e utilização de tecnologias.

4.2 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, GESTÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Após a caracterização do perfil dos agricultores e da estrutura básica das propriedades, torna-se necessário compreender como as atividades produtivas são organizadas no cotidiano, especialmente no que se refere à disponibilidade de mão de obra, às formas de comercialização da produção, à destinação dos produtos e à gestão das atividades e dos recursos financeiros. Esses elementos contribuem para identificar não apenas a dinâmica econômica das unidades familiares do Morro Cavado, mas também possíveis limitações e estratégias utilizadas pelos agricultores para manter suas atividades.

Em relação à disponibilidade de mão de obra, 66,7% dos participantes consideraram que o número de pessoas disponível é suficiente para lidar com o trabalho desenvolvido na propriedade, enquanto 33,3% responderam que a mão de obra existente não atende integralmente às necessidades da atividade (Figura 11).

Figura 11 - Avaliação da suficiência da mão de obra disponível nas propriedades

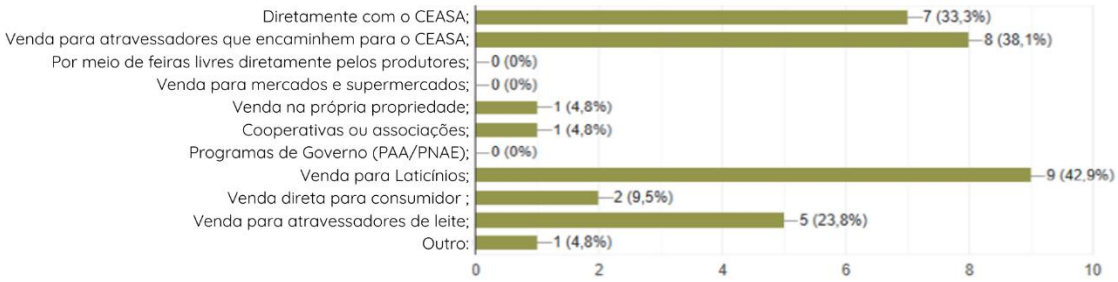


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Embora a maioria dos respondentes considere suficiente a mão de obra utilizada, o fato de aproximadamente um terço dos agricultores apontar insuficiência merece atenção, sobretudo quando relacionado ao resultado apresentado anteriormente, segundo o qual predominam unidades produtivas com até duas pessoas trabalhando e com utilização majoritária de mão de obra familiar. Assim, a própria estrutura familiar da produção pode representar simultaneamente uma característica desse modelo de agricultura e uma limitação em períodos ou atividades que demandem maior quantidade de trabalhadores.

No que diz respeito à comercialização, verificou-se a utilização de diferentes canais para o escoamento da produção. Como a questão permitia a marcação de mais de uma alternativa, os percentuais não são excludentes. A venda para laticínios foi assinalada por 42,9% dos participantes, constituindo o canal mais frequente, seguida da venda para atravessadores que encaminham a produção à CEASA, indicada por 38,1%, e da comercialização realizada diretamente com o CEASA, mencionada por 33,3%. A venda para atravessadores de leite foi indicada por 23,8% dos agricultores. A venda direta ao consumidor apareceu em 9,5% das respostas, enquanto a venda na própria propriedade, a comercialização por meio de cooperativas ou associações e a opção "Outro" foram indicadas por 4,8% dos participantes, respectivamente. Não houve indicação de comercialização por meio de feiras livres diretamente pelos produtores, para mercados ou supermercados ou por programas governamentais entre as alternativas apresentadas (Figura 12).

Figura 12 - Formas de comercialização da produção das propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

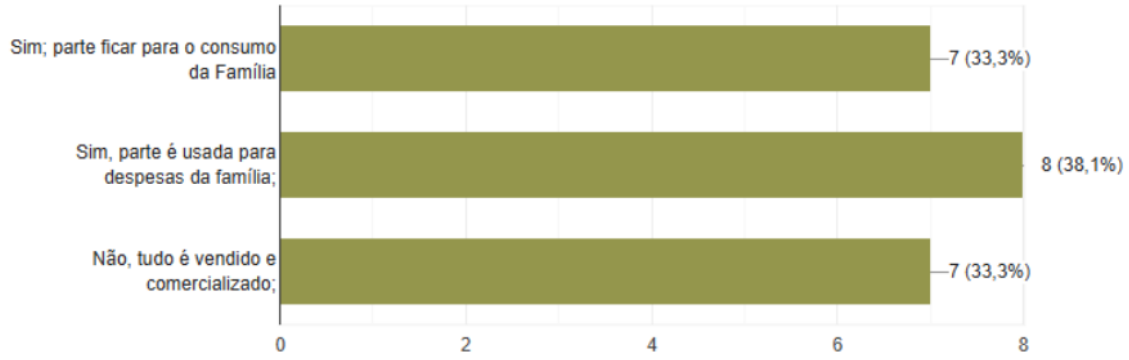
Os resultados demonstram uma comercialização diversificada, mas com forte presença de canais intermediados. Essa característica dialoga com Silva (2015), que aponta a comercialização como um dos desafios recorrentes da agricultura familiar, especialmente porque a dependência de atravessadores é um fator capaz de reduzir a autonomia e o poder de negociação do agricultor. Por outro lado, a comercialização direta com a CEASA evidencia a existência de uma alternativa de escoamento já consolidada entre parte dos produtores do Morro Cavado.

A realidade encontrada também pode ser comparada ao estudo de Pereira, Brito e Pereira (2017), realizado em Conceição do Mato Dentro – MG, no qual os autores destacaram a importância de canais alternativos de comercialização para a geração de renda e o fortalecimento da economia local. No caso do Morro Cavado, entretanto, a ausência de respostas relacionadas às feiras livres e a pequena participação das

cooperativas ou associações indicam uma configuração comercial distinta, mais vinculada a laticínios, CEASA e intermediários. Essa diferença reforça a necessidade de considerar as características específicas de cada território na análise das estratégias de comercialização da agricultura familiar.

A destinação da produção também apresenta comportamentos distintos entre as propriedades. Entre os participantes, 38,1% indicaram que parte dos resultados da produção é destinada às despesas da família, enquanto 33,3% informaram que parte dos alimentos produzidos permanece para consumo familiar. Outros 33,3% declararam que toda a produção é destinada à comercialização. Como a questão permitiu mais de uma resposta, esses percentuais representam práticas que podem coexistir em uma mesma unidade produtiva (Figura 13).

Figura 13 - Destinação da produção para consumo e manutenção familiar

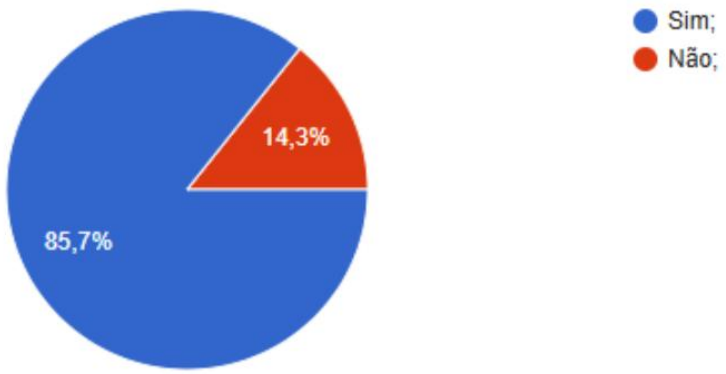


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Esses dados revelam que a atividade desenvolvida no Morro Cavado não possui exclusivamente uma finalidade comercial. Em parte das propriedades, produção, consumo doméstico e manutenção econômica da família estão diretamente articulados, característica coerente com a compreensão da agricultura familiar apresentada por Lima, Silva e Iwata (2019), segundo a qual esse modelo produtivo envolve uma relação particular entre família, trabalho e propriedade. Ao mesmo tempo, a presença de agricultores que destinam integralmente sua produção ao mercado evidencia diferentes graus de inserção comercial entre as unidades investigadas.

Quanto ao conhecimento sobre a comercialização, 85,7% dos participantes afirmaram saber onde e para quem seus produtos são vendidos, enquanto 14,3% declararam não possuir esse conhecimento (Figura 14).

Figura 14 - Conhecimento dos agricultores sobre o destino comercial da produção

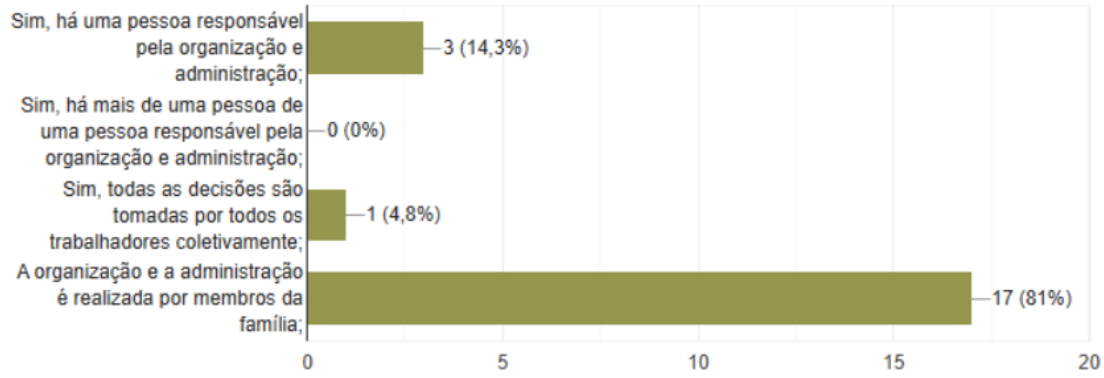


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A elevada proporção de agricultores que conhecem o destino de seus produtos constitui um aspecto positivo da organização comercial das propriedades, pois indica maior acompanhamento do processo de escoamento da produção. Entretanto, esse conhecimento não significa necessariamente maior autonomia nas relações de mercado, especialmente porque há participação relevante de atravessadores na comercialização.

No âmbito da gestão, entre os participantes, 81% indicaram que a organização da atividade e a administração dos recursos financeiros são realizadas por membros da própria família. Outros 14,3% assinalaram a existência de uma pessoa responsável pela organização e administração, enquanto 4,8% informaram que as decisões são tomadas coletivamente por todos os trabalhadores. A alternativa referente à existência de mais de uma pessoa responsável pela organização e administração não foi assinalada por nenhum participante (Figura 15).

Figura 15 - Responsabilidade pela organização das atividades e administração dos recursos financeiros



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Esses resultados, contudo, devem ser interpretados com cautela, pois as alternativas apresentadas no questionário não são conceitualmente excludentes. A pergunta feita no questionário foi “Há na propriedade alguém responsável por organizar a atividade e administrar os recursos financeiros?”. As respostas, portanto, podem indicar que a gestão é realizada por membros da família e está concentrada em uma única pessoa ou que é compartilhada por mais de um familiar. Da mesma forma, as decisões coletivas podem envolver tanto familiares quanto outros trabalhadores. E, ainda, não é possível afirmar que os 14,3% que indicaram uma pessoa responsável se refiram a alguém externo à família. Essa inexatidão foi notada apenas na fase de análise dos dados, quando já não havia tempo hábil para reaplicação do questionário.

Apesar desta imprecisão, os dados permitem reconhecer a forte presença do núcleo familiar na organização das atividades e na administração dos recursos, o que é compatível com uma das características centrais da agricultura familiar, na qual a família participa não apenas da execução do trabalho, mas também da administração do estabelecimento. Entretanto, esse resultado deve ser observado juntamente com as condições em que essa gestão ocorre. Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) identificaram que a administração das pequenas propriedades familiares frequentemente ocorre de maneira informal e com limitações relacionadas à profissionalização, ao planejamento e ao uso de ferramentas gerenciais. Assim, o fato de a gestão estar concentrada na família não permite, por si só, avaliar sua eficiência, mas evidencia a centralidade do núcleo familiar na tomada de decisões.

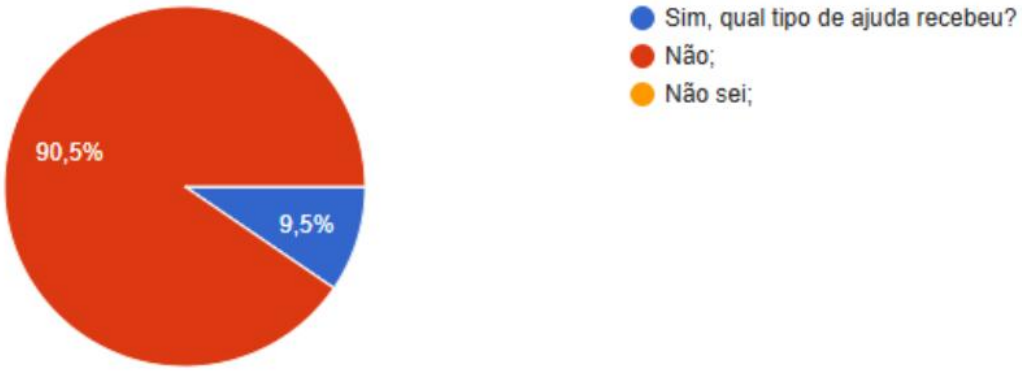
De forma geral, os resultados deste tópico mostram que as propriedades investigadas apresentam organização produtiva fortemente baseada na família, tanto no fornecimento de mão de obra quanto na administração das atividades e dos recursos. A comercialização, por sua vez, ocorre por diferentes canais, destacando-se laticínios, CEASA e formas de intermediação por atravessadores. Embora a maioria dos agricultores conheça o destino dos produtos comercializados, a presença expressiva de intermediários e a baixa utilização de canais coletivos ou institucionais indicam aspectos que deverão ser considerados na análise dos desafios e das oportunidades da agricultura familiar no Morro Cavado. Na sequência, serão examinados o acesso dos agricultores às políticas públicas, a utilização de tecnologias e maquinários e as práticas relacionadas à sustentabilidade das propriedades.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, TECNOLOGIAS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A análise das condições de produção da agricultura familiar no Morro Cavado envolve também a compreensão do acesso dos agricultores às políticas públicas, dos recursos tecnológicos utilizados nas propriedades e das práticas relacionadas à sustentabilidade ambiental. Esses aspectos possuem relação direta com a capacidade produtiva das unidades familiares, com sua inserção econômica e com as possibilidades de continuidade da atividade rural no território.

Quando questionados sobre o recebimento de algum tipo de auxílio dos governos municipal, estadual ou federal para a realização de seu trabalho, 90,5% dos participantes afirmaram nunca ter recebido esse apoio, enquanto apenas 9,5% responderam positivamente. Entre as respostas abertas referentes ao tipo de auxílio recebido, o PRONAF foi mencionado pelos participantes que indicaram acesso a algum apoio governamental (Figura 16).

Figura 16 - Recebimento de auxílio governamental pelos agricultores



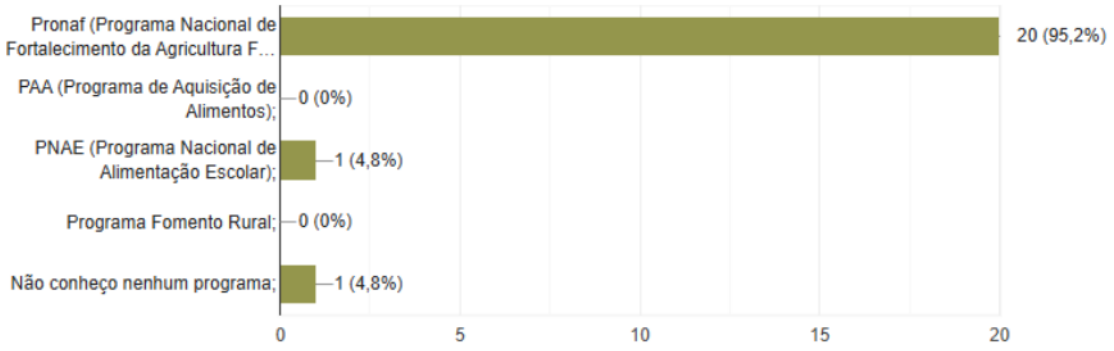
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O reduzido acesso efetivo ao apoio governamental contrasta com a importância atribuída às políticas públicas no referencial teórico. Schneider, Cazella e Mattei (2021) destacam que o PRONAF representou um marco para a ampliação do crédito destinado à agricultura familiar, embora sua abrangência não ocorra de maneira homogênea entre diferentes grupos e regiões. Oliveira (2012), ao analisar a agricultura familiar no Norte de Minas Gerais, também identificou limitações no acesso ao programa, evidenciando

que a existência de uma política pública não significa necessariamente que todos os agricultores consigam usufruir de seus benefícios.

Essa diferença entre a disponibilidade formal dos programas e seu acesso efetivo torna-se ainda mais evidente quando se observa o conhecimento dos agricultores sobre as políticas destinadas ao setor. Entre os participantes, 95,2% declararam conhecer ou já ter ouvido falar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi mencionado por 4,8%, enquanto nenhum participante indicou conhecer o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Fomento Rural. Além disso, 4,8% afirmaram não conhecer nenhum dos programas apresentados. Como a questão permitia mais de uma alternativa, as respostas não são mutuamente excludentes (Figura 17).

Figura 17 - Conhecimento dos agricultores sobre programas destinados à agricultura familiar



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

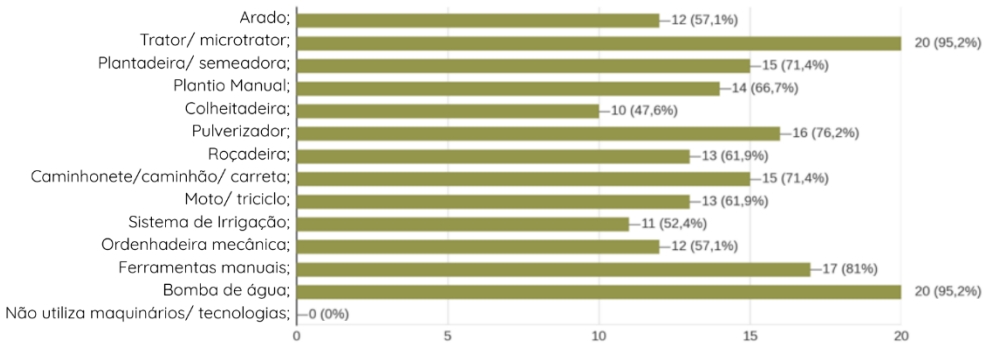
Os resultados revelam, portanto, uma situação importante: embora o PRONAF seja amplamente conhecido pelos agricultores pesquisados, apenas uma pequena parcela afirmou já ter recebido algum tipo de auxílio governamental. Isso sugere que o conhecimento sobre a existência de uma política pública não necessariamente se converte em acesso efetivo a seus recursos. Essa constatação encontra respaldo nos estudos discutidos no referencial, que apontam dificuldades relacionadas à burocracia, à organização dos produtores e às condições de acesso aos programas institucionais (Assis; França; Coelho, 2019; Schneider; Cazella; Mattei, 2021). Por outro lado, o baixo conhecimento sobre PNAE e PAA indica uma possibilidade de ampliação da divulgação

dessas iniciativas na comunidade, especialmente porque ambas podem constituir alternativas de fortalecimento da comercialização da produção familiar.

No que se refere às tecnologias e aos maquinários utilizados nas propriedades, os resultados revelaram presença expressiva de diferentes equipamentos. Entre os recursos mais mencionados estão o trator ou microtrator e a bomba de água, ambos indicados por 95,2% dos participantes. As ferramentas manuais foram assinaladas por 81%, o pulverizador por 76,2%, a plantadeira ou semeadora por 71,4%, além de outros equipamentos empregados nas diferentes atividades agrícolas e pecuárias. Nenhum dos participantes assinalou a alternativa correspondente à ausência de utilização de maquinários ou tecnologias (Figura 18).

Figura 18 - Tecnologias e maquinários utilizados nas propriedades

Fonte: Dados da pesquisa (2026).



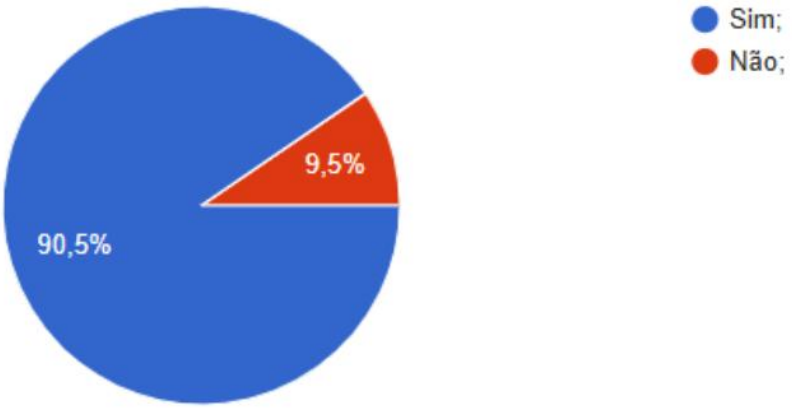
Esse resultado contrasta com os de Gonçalves, Faria e Oliveira (2019), que apontam a dificuldade de acesso ao maquinário como um dos desafios da agricultura familiar, e com os de Fortini (2021), que identifica limitações relacionadas à mecanização no contexto mineiro. No Morro Cavado, entretanto, os resultados demonstram utilização relativamente disseminada de diferentes equipamentos. Essa divergência não significa necessariamente que o desafio apontado pela literatura esteja ausente na comunidade, uma vez que o questionário investigou a utilização dos equipamentos, mas não distinguiu se eles são próprios, alugados, compartilhados ou disponibilizados por terceiros, tampouco avaliou sua quantidade, estado de conservação ou suficiência para atender à demanda produtiva. Dessa forma, os dados permitem afirmar que existe utilização de

maquinário, mas não são suficientes para concluir que o acesso seja integral ou adequado às necessidades dos produtores.

Em relação ao uso de agrotóxicos, 90,5% dos agricultores informaram utilizá-los na produção, enquanto somente 9,5% declararam não fazer uso desses produtos (Figura 19).

Figura 19 - Utilização de agrotóxicos na produção

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

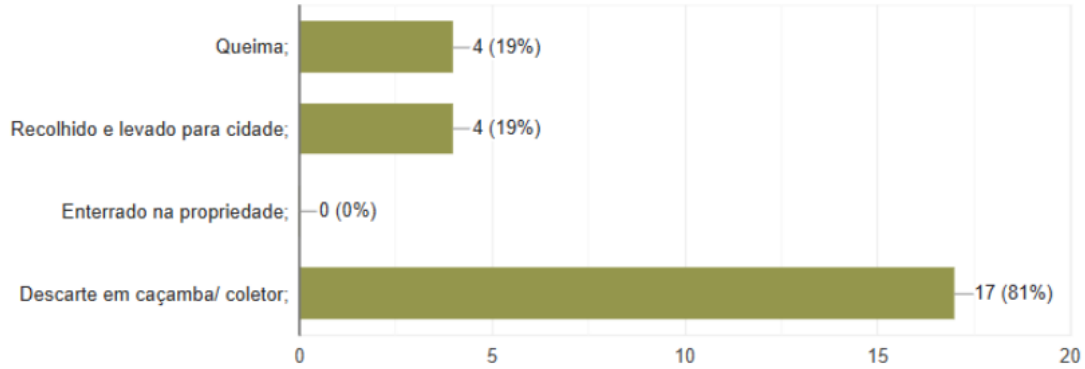


A elevada utilização de agrotóxicos constitui um resultado relevante quando relacionada às discussões sobre sustentabilidade presentes no referencial teórico. Sambuichi *et al.* (2024) destacam a importância do incentivo a modelos de produção agroecológica e orgânica como estratégia para reduzir a exposição a produtos químicos e ampliar a sustentabilidade da agricultura familiar. Os resultados do Morro Cavado mostram que a produção local permanece fortemente associada ao uso de agrotóxicos, indicando uma diferença em relação às práticas sustentáveis estimuladas por essas abordagens. Entretanto, o questionário não investigou o tipo, a frequência, a quantidade ou a forma de aplicação desses produtos, razão pela qual não é possível avaliar, a partir desses dados, os impactos ambientais ou as condições de segurança relacionadas ao seu uso. Além disso, tais questões fogem do escopo deste trabalho.

Quanto ao descarte do lixo produzido nas propriedades, 81% dos participantes indicaram a utilização de caçamba ou coletor, enquanto 19% mencionaram que os resíduos são recolhidos e levados para a cidade. A queima de resíduos também foi assinalada por 19% dos agricultores, ao passo que nenhum participante informou realizar

o enterramento do lixo na propriedade. As respostas demonstram que diferentes formas de destinação podem coexistir nas unidades produtivas (Figura 20).

Figura 20 - Formas de descarte do lixo nas propriedades

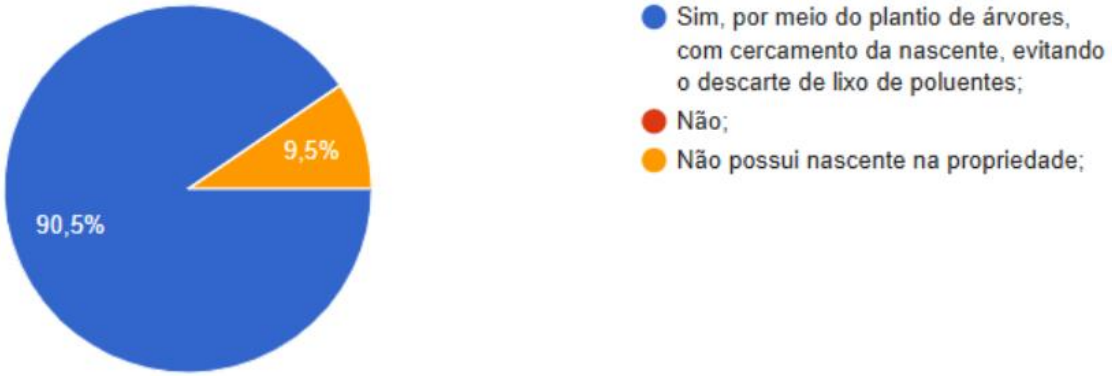


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A predominância da utilização de caçambas, coletores ou do encaminhamento dos resíduos para a cidade evidencia a existência de práticas organizadas de descarte em parcela expressiva das propriedades. Entretanto, a indicação da queima por parte dos respondentes demonstra que ainda coexistem práticas distintas na gestão dos resíduos rurais. Esse resultado reforça a necessidade de compreender a sustentabilidade da agricultura familiar não como uma característica homogênea, mas como um conjunto de práticas que podem apresentar diferentes níveis de adequação dentro de uma mesma comunidade.

Em relação à preservação das nascentes, 90,5% dos participantes afirmaram realizar ações de proteção, mencionando práticas como plantio de árvores, cercamento das áreas de nascente e prevenção da circulação de gado e de possíveis fontes de contaminação. Os 9,5% restantes informaram não possuir nascente na propriedade. Não houve participante que declarasse possuir nascente e não adotar alguma medida de preservação (Figura 21).

Figura 21 - Preservação das nascentes nas propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Esse resultado evidencia uma dimensão positiva das práticas ambientais observadas no Morro Cavado. Entre os agricultores que declararam possuir nascentes em suas propriedades, houve indicação de adoção de medidas destinadas à sua preservação, demonstrando preocupação com a conservação dos recursos hídricos. Essa característica dialoga com Lima, Silva e Iwata (2019), que associam a agricultura familiar não apenas à produção de alimentos e à geração de renda, mas também à conservação da biodiversidade e à preservação dos recursos naturais.

De maneira geral, os resultados revelam um cenário marcado por avanços e limitações. Por um lado, observa-se ampla utilização de tecnologias e maquinários, conhecimento expressivo sobre o PRONAF e adoção de práticas de preservação das nascentes e de destinação organizada de parte significativa dos resíduos. Por outro, o acesso efetivo ao apoio governamental ainda é reduzido, o conhecimento sobre programas como PNAE e PAA é limitado e o uso de agrotóxicos está presente na grande maioria das propriedades. Esses aspectos demonstram que as oportunidades de fortalecimento da agricultura familiar no Morro Cavado coexistem com limitações institucionais e ambientais, que deverão ser consideradas conjuntamente com os principais desafios percebidos pelos próprios agricultores, analisados no próximo tópico.

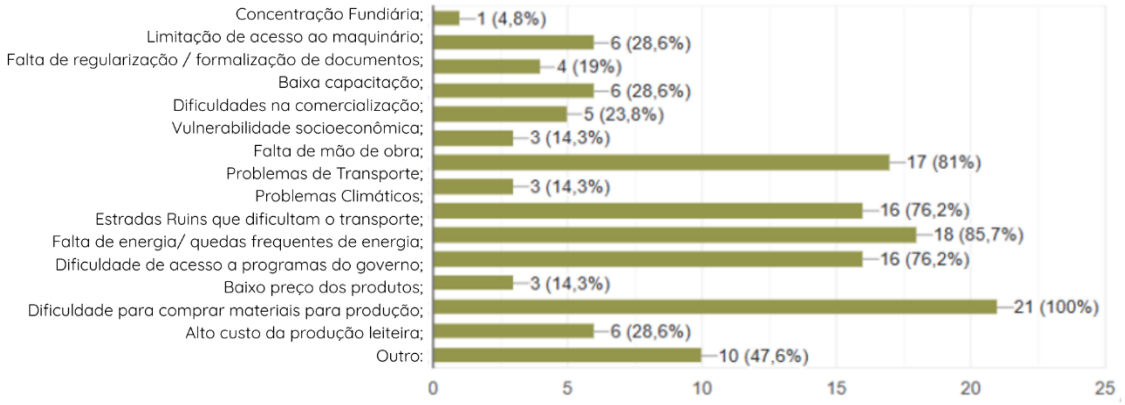
4.4 PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES DO MORRO CAVADO

A identificação dos principais desafios vivenciados pelos agricultores familiares constitui um dos objetivos centrais desta pesquisa. Para essa análise, os participantes

foram questionados sobre as dificuldades percebidas no desenvolvimento de suas atividades, podendo assinalar mais de uma alternativa. Os resultados demonstram que os obstáculos enfrentados no Morro Cavado envolvem não apenas aspectos diretamente relacionados à produção, mas também questões econômicas, estruturais, ambientais e de infraestrutura rural.

O desafio apontado pela totalidade dos participantes foi o baixo preço dos produtos, assinalado pelos 21 agricultores participantes (100%). Em seguida, destacaram-se as condições inadequadas das estradas, indicadas por 85,7% dos participantes, a falta de mão de obra, mencionada por 81%, os problemas climáticos, assinalados por 76,2%, e a falta de energia ou ocorrência de quedas frequentes no fornecimento, também indicada por 76,2% dos respondentes (Figura 22).

Figura 22 - Principais dificuldades percebidas pelos agricultores do Morro Cavado



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O predomínio do baixo preço dos produtos como dificuldade percebida pelos agricultores revela que a comercialização constitui uma questão especialmente relevante na realidade investigada. Embora apenas 23,8% tenham assinalado diretamente a alternativa referente às dificuldades de comercialização, todos os participantes identificaram o baixo preço recebido pelos produtos como um problema. Os dois resultados devem, no entanto, ser interpretados conjuntamente, pois indicam que a dificuldade comercial pode não estar necessariamente relacionada à impossibilidade de vender a produção, mas às condições em que essa comercialização ocorre e à remuneração obtida pelo agricultor.

Essa constatação dialoga com Silva (2015), que identifica a comercialização dos produtos como um dos grandes desafios enfrentados pelos agricultores familiares, principalmente no que se refere à integração aos mercados em condições capazes de

garantir renda adequada às famílias. Pereira, Brito e Pereira (2017) também ressaltam a importância da ampliação dos canais de comercialização para fortalecer a renda e a autonomia dos produtores. No Morro Cavado, essa questão torna-se particularmente significativa diante dos resultados apresentados anteriormente, que demonstraram a presença de atravessadores entre os canais utilizados para o escoamento da produção. Assim, os resultados sugerem a importância de investigar futuramente em que medida as formas de comercialização influenciam a remuneração obtida pelos produtores.

As condições das estradas constituíram o segundo desafio mais frequente, apontado por 85,7% dos agricultores. Esse resultado reforça a relação entre os problemas de infraestrutura e as dificuldades da agricultura familiar, destacada no referencial teórico. Estradas em condições inadequadas dificultam tanto o deslocamento das pessoas quanto o transporte e o escoamento da produção, aspecto importante para produtos agropecuários que dependem de circulação frequente entre as propriedades e os mercados consumidores.

A frequência dessa resposta pode estar relacionada às próprias características da comunidade e à necessidade de deslocamento da produção para outros pontos de comercialização. Parte dos agricultores comercializa seus produtos por meio da CEASA, de laticínios e de outros canais externos à propriedade. Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que as condições das vias de acesso exerçam influência relevante sobre os custos, o tempo e a regularidade do escoamento da produção.

Outro resultado de destaque é a falta de mão de obra, apontada por 81% dos respondentes. Esse dado merece atenção quando confrontado com a caracterização apresentada no item 4.1, segundo a qual 71,4% das propriedades contam com até duas pessoas trabalhando e a mão de obra é predominantemente familiar. Além disso, embora 66,7% dos participantes tenham considerado suficiente a mão de obra atualmente disponível, a falta de trabalhadores apareceu entre os desafios gerais mais assinalados. A contradição entre essas respostas pode indicar que a mão de obra existente seja suficiente para o funcionamento cotidiano das propriedades, mas que haja dificuldade para encontrar trabalhadores adicionais em determinados períodos, atividades ou situações de maior demanda.

Esse resultado também permite ampliar a discussão desenvolvida no referencial teórico. A agricultura familiar caracteriza-se justamente pelo predomínio do trabalho realizado pelos próprios membros da família, conforme destacam Lima, Silva e Iwata (2019). Entretanto, a dependência de um número reduzido de trabalhadores pode representar uma limitação diante da necessidade de expansão produtiva, substituição de

membros da família ou execução de atividades que demandem maior quantidade ou especialização de mão de obra.

Os problemas climáticos foram indicados por 76,2% dos participantes. A elevada frequência dessa resposta demonstra a importância dos fatores ambientais para a atividade rural, uma vez que a produção agropecuária está diretamente exposta às variações das condições naturais. Esse resultado evidencia que as condições climáticas constituem uma preocupação expressiva entre os agricultores pesquisados.

Também foi mencionada por 76,2% dos participantes a falta de energia ou a ocorrência de quedas frequentes no fornecimento. Esse resultado reforça a relevância da infraestrutura rural para a manutenção das atividades produtivas. Considerando a utilização expressiva de maquinários e equipamentos identificada no tópico anterior, pode-se levantar a hipótese de que interrupções no fornecimento de energia afetem determinados processos desenvolvidos nas propriedades.

Entre os desafios com frequências intermediárias, destaca-se o alto custo da produção leiteira, assinalado por 47,6% dos participantes. A limitação de acesso ao maquinário, a baixa capacitação e a dificuldade para comprar materiais para produção foram indicadas, cada uma, por 28,6% dos respondentes. As dificuldades relacionadas à comercialização foram assinaladas por 23,8%, enquanto a falta de regularização ou formalização foi indicada por 19%. A vulnerabilidade socioeconômica, os problemas de transporte e a dificuldade de acesso a programas do governo foram mencionados, cada um, por 14,3% dos participantes. Por fim, a concentração fundiária foi o desafio menos assinalado, aparecendo em apenas 4,8% das respostas.

Esses resultados apresentam tanto convergências quanto diferenças em relação aos desafios destacados no referencial teórico. Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) apontam dificuldades relacionadas ao acesso a maquinários, à gestão e à capacitação; Silva e Nunes (2023) destacam limitações estruturais, organizacionais e socioeconômicas; e Silva (2015) enfatiza os obstáculos relacionados à formalização e à comercialização. Esses problemas também aparecem na pesquisa do Morro Cavado, mas com frequências inferiores às observadas para preço dos produtos, condições das estradas, mão de obra, clima e fornecimento de energia.

Enquanto parte da literatura aborda desafios estruturais recorrentes da agricultura familiar brasileira de maneira mais ampla, os agricultores do Morro Cavado atribuíram maior importância a dificuldades diretamente percebidas em seu cotidiano produtivo e territorial. Isso demonstra que os desafios da agricultura familiar não se manifestam de

forma homogênea e que fatores locais podem alterar a importância atribuída a cada problema.

O caso da concentração fundiária ilustra essa questão. Embora esse aspecto seja discutido na literatura como uma limitação histórica da agricultura familiar, apenas um participante (4,8%) o reconheceu como dificuldade em seu trabalho. Esse resultado não significa que a concentração de terras seja irrelevante no contexto brasileiro, mas indica que ela não é percebida pelos agricultores pesquisados como um dos principais problemas de sua realidade imediata. Da mesma forma, as dificuldades relacionadas ao acesso ao maquinário foram mencionadas por menos de um terço dos participantes, resultado coerente com a utilização relativamente ampla de equipamentos identificada no tópico anterior.

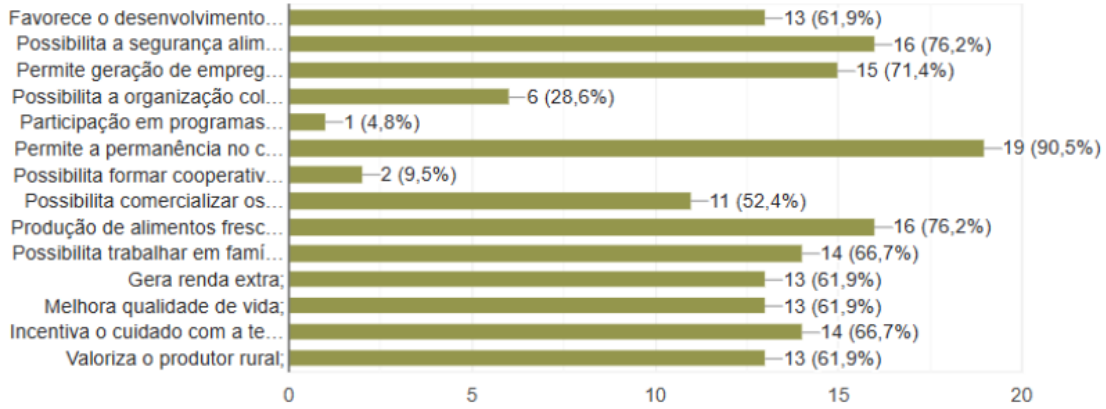
No tópico a seguir serão apresentadas e discutidas as possibilidades de fortalecimento da atividade apresentadas pelos agricultores que participaram da pesquisa.

4.5 OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MORRO CAVADO

Além da identificação das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, esta pesquisa buscou compreender quais benefícios e oportunidades são percebidos pelos próprios participantes em relação à agricultura familiar desenvolvida no Morro Cavado. Para isso, os respondentes puderam assinalar mais de uma alternativa, permitindo identificar diferentes dimensões econômicas, sociais, produtivas e ambientais associadas à permanência e ao fortalecimento dessa atividade.

A oportunidade mais frequentemente reconhecida pelos participantes foi a possibilidade de permanência no campo, assinalada por 90,5% dos agricultores. Em seguida, destacaram-se a contribuição para a segurança alimentar e a produção de alimentos frescos, ambas mencionadas por 76,2% dos respondentes, e a geração de empregos, indicada por 71,4%. A possibilidade de trabalhar em família e o incentivo ao cuidado com a terra foram assinalados por 66,7% dos participantes (Figura 23).

Figura 23 - Oportunidades e benefícios percebidos pelos agricultores do Morro Cavado



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A elevada importância atribuída à permanência no campo demonstra que os benefícios percebidos pelos agricultores ultrapassam os resultados estritamente financeiros da atividade. A agricultura familiar apresenta-se também como possibilidade de continuidade de um modo de vida associado ao território, ao trabalho e às relações familiares. Esse resultado converge com Lima, Silva e Iwata (2019), que compreendem a agricultura familiar não somente como uma atividade econômica, mas como uma forma de vida relacionada à geração de renda, à segurança alimentar e à preservação de tradições. Sena (2017) também destaca que a existência de condições que favoreçam a permanência das famílias em suas propriedades é fundamental para a continuidade da atividade rural.

Esse achado deve ser relacionado ao perfil dos participantes apresentado anteriormente. A pesquisa identificou presença expressiva de agricultores entre 21 e 40 anos, demonstrando que a atividade permanece vinculada a uma parcela relativamente jovem da população investigada. Dessa forma, o reconhecimento da agricultura familiar como possibilidade de permanência no campo pode representar um elemento favorável à continuidade da atividade no Morro Cavado, embora o questionário não permita afirmar se esses agricultores pretendem efetivamente permanecer no meio rural em longo prazo.

A segurança alimentar também se destacou entre os benefícios percebidos, sendo assinalada por 76,2% dos participantes. O mesmo percentual reconheceu como oportunidade a produção de alimentos frescos. Esses resultados estão diretamente relacionados à importância atribuída à agricultura familiar no referencial teórico. Lima, Silva e Iwata (2019) destacam sua contribuição para a segurança alimentar, enquanto Sambuichi *et al.* (2024) ressaltam a relevância desse modelo produtivo tanto para o

abastecimento quanto para o consumo das próprias famílias e das comunidades em que estão inseridas.

Os resultados obtidos anteriormente também ajudam a compreender essa percepção. Parte dos agricultores informou que uma parcela da produção permanece destinada ao consumo familiar, ao mesmo tempo em que outra parcela é comercializada. A agricultura familiar no Morro Cavado, portanto, contribui para a geração de recursos econômicos e, paralelamente, participa diretamente do abastecimento alimentar das famílias produtoras.

A geração de empregos foi apontada por 71,4% dos participantes, enquanto 66,7% reconheceram a possibilidade de trabalhar em família como um benefício da atividade. Esses resultados reforçam uma das características fundamentais da agricultura familiar identificada ao longo deste estudo: a integração entre família e trabalho. A predominância da mão de obra familiar encontrada nas propriedades confirma empiricamente essa característica e converge com Lima, Silva e Iwata (2019) e Gonçalves, Faria e Oliveira (2019), que destacam a participação direta dos membros da família como elemento central na organização desse modelo produtivo.

O incentivo ao cuidado com a terra, reconhecido por 66,7% dos participantes, evidencia outra dimensão importante da agricultura familiar na comunidade. Esse resultado pode ser relacionado às práticas ambientais identificadas no tópico 4.3, especialmente à preservação das nascentes, realizada pelos agricultores que declararam possuir esses recursos em suas propriedades. Embora a utilização de agrotóxicos tenha aparecido de forma expressiva e demonstre que a relação entre produção e sustentabilidade apresenta contradições, os dados indicam que existem práticas locais de conservação e a percepção dos próprios participantes sobre a importância do cuidado com os recursos naturais.

Outros benefícios apresentaram percentuais semelhantes. O favorecimento do desenvolvimento da atividade, a possibilidade de geração de renda extra, a melhoria da qualidade de vida e a valorização do produtor rural foram apontados, individualmente, por 61,9% dos agricultores. Esses resultados demonstram que a atividade é percebida como capaz de produzir efeitos que ultrapassam a geração imediata de alimentos, alcançando dimensões econômicas e sociais relacionadas às condições de vida das famílias. A percepção dos agricultores do Morro Cavado converge com o que apresentam Silva e Nunes (2023), para quem a agricultura familiar pode contribuir para o

desenvolvimento rural de maneira socialmente inclusiva, ao gerar trabalho e renda e fortalecer as economias locais.

A possibilidade de comercialização dos produtos também foi reconhecida como oportunidade por 52,4% dos participantes. Esse resultado deve ser analisado em conjunto com os desafios identificados no tópico anterior. Apesar de pouco mais da metade reconhecer a comercialização como uma possibilidade favorável, 100% dos agricultores apontaram o baixo preço dos produtos como uma dificuldade. Dessa forma, os resultados sugerem que o problema enfrentado pela comunidade pode estar menos relacionado à inexistência de canais para venda e mais associado às condições econômicas em que essa comercialização ocorre.

Essa interpretação também encontra respaldo nos resultados do tópico 4.2, que demonstraram utilização de diferentes canais de escoamento, incluindo laticínios, CEASA e atravessadores. Pereira, Brito e Pereira (2017) destacam que canais diversificados de comercialização podem contribuir para o fortalecimento da renda e da autonomia dos agricultores familiares. Entretanto, a presença de intermediários e a percepção generalizada de preços baixos indicam que ampliar a capacidade de negociação e buscar canais mais vantajosos podem constituir oportunidades importantes para os produtores do Morro Cavado.

Em contraste com os benefícios anteriormente apresentados, as oportunidades relacionadas à organização coletiva tiveram menor reconhecimento. Apenas 28,6% dos agricultores indicaram a organização coletiva como benefício, enquanto somente 9,5% mencionaram a possibilidade de formação de cooperativas. Esse resultado diverge parcialmente da literatura analisada, que atribui papel estratégico ao associativismo e ao cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar.

Silva (2015) destaca que a organização coletiva amplia a capacidade de atuação econômica dos agricultores e facilita sua inserção em mercados institucionais. De forma semelhante, Gonçalves, Faria e Oliveira (2019) e Silva e Nunes (2023) apresentam o cooperativismo como alternativa para ampliar o acesso aos mercados, agregar valor aos produtos e fortalecer a autonomia dos agricultores. No Morro Cavado, entretanto, essas possibilidades ainda parecem ocupar posição secundária na percepção dos participantes. Esse resultado é coerente com os dados de comercialização apresentados anteriormente, nos quais a participação de cooperativas ou associações apresentou baixa ocorrência. A falta de organização coletiva pode, também, ser um fator que contribua para a percepção sobre os preços de comercialização.

A participação em programas destinados à agricultura familiar foi a oportunidade menos mencionada, assinalada por apenas 4,8% dos participantes. Esse resultado merece atenção quando confrontado com os dados do tópico 4.3. Embora 95,2% dos agricultores afirmem conhecer ou já ter ouvido falar do PRONAF, somente 9,5% declararam ter recebido algum tipo de auxílio governamental e apenas 4,8% reconheceram a participação em programas como uma oportunidade ou benefício relacionado ao seu trabalho.

Essa diferença indica um distanciamento entre conhecimento, acesso e percepção de benefícios das políticas públicas. A existência e a divulgação de programas, portanto, não parecem suficientes para garantir sua utilização pelos agricultores da comunidade. Schneider, Cazella e Mattei (2021) ressaltam que, apesar da importância histórica do PRONAF, permanecem desigualdades em seu alcance. Assis, França e Coelho (2019), ao estudarem municípios mineiros, também identificaram barreiras burocráticas e organizacionais no acesso de agricultores familiares aos mercados institucionais.

Além disso, o reduzido conhecimento sobre programas como o PNAE e o PAA aponta uma oportunidade ainda pouco explorada na comunidade. Silva (2015) e Sambuichi *et al.* (2024) demonstram que os mercados institucionais podem ampliar os canais de comercialização e contribuir para a geração de renda e para a segurança alimentar. Considerando que o baixo preço dos produtos foi apontado como dificuldade por todos os agricultores pesquisados, a ampliação do conhecimento e das condições de acesso a esses programas pode constituir uma possibilidade relevante a ser discutida no contexto do Morro Cavado.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo geral identificar os desafios e as oportunidades na organização e valorização da agricultura familiar no Morro Cavado, em Formiga-MG. Para isso, foi aplicado um questionário a 21 agricultores da comunidade, e os dados obtidos foram tratados por meio de estatística descritiva e confrontados com o referencial teórico.

A pesquisa permitiu caracterizar os agricultores e suas propriedades, identificar as dificuldades percebidas por eles, levantar as oportunidades reconhecidas no desenvolvimento da atividade e comparar esses achados com os estudos apresentados no referencial teórico.

A caracterização realizada revelou unidades produtivas com traços típicos da agricultura familiar: número reduzido de trabalhadores, predominância da mão de obra familiar, forte participação do núcleo familiar na organização das atividades e na administração dos recursos e combinação entre agricultura e pecuária em parte das propriedades. Os participantes concentram-se principalmente na faixa de 21 a 40 anos e reúnem diferentes níveis de experiência, o que indica a convivência entre produtores com trajetória recente e agricultores com décadas de atuação no meio rural.

De maneira integrada, os resultados permitem responder ao problema de pesquisa ao demonstrar que a agricultura familiar no Morro Cavado apresenta desafios relacionados principalmente à valorização econômica da produção, à infraestrutura rural, à disponibilidade de mão de obra e às condições de funcionamento das atividades produtivas. O baixo preço dos produtos, apontado por todos os participantes, destacou-se como a principal dificuldade, seguido pelas condições das estradas, pela falta de mão de obra, pelos problemas climáticos e pelas falhas no fornecimento de energia. Somam-se a esse quadro a forte presença de intermediários na comercialização, o reduzido acesso efetivo ao apoio governamental, apesar do amplo conhecimento sobre o PRONAF, e o uso de agrotóxicos na grande maioria das propriedades.

Paralelamente, a agricultura familiar na comunidade possui potencialidades vinculadas à permanência das famílias no campo, à produção de alimentos, à geração de trabalho e renda e à preservação de vínculos familiares e territoriais. A possibilidade de permanecer no campo foi o benefício mais reconhecido pelos agricultores, seguida pela contribuição para a segurança alimentar, pela produção de alimentos frescos, pela geração de empregos, pelo trabalho em família e pelo incentivo ao cuidado com a terra, aspecto que se expressa também nas medidas de preservação das nascentes relatadas pelos participantes. Além disso, políticas públicas, organização coletiva, cooperativismo e ampliação dos canais de comercialização configuram possibilidades que ainda podem ser mais bem aproveitadas pelos agricultores locais, sobretudo diante do pouco conhecimento sobre programas como o PNAE e o PAA e da baixa participação em cooperativas e associações.

Assim, a realidade observada confirma parte dos desafios e oportunidades identificados na literatura, mas também evidencia particularidades que somente a investigação local permitiu reconhecer, como a utilização relativamente disseminada de maquinários e a baixa percepção da concentração fundiária como problema imediato. Os resultados reforçam, portanto, a importância de considerar as características específicas

do território na elaboração de estratégias voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, evitando generalizações e priorizando ações compatíveis com as demandas efetivamente percebidas pelos produtores do Morro Cavado.

O estudo oferece um registro sistematizado sobre a agricultura familiar no Morro Cavado, localidade sem registros específicos sobre o tema, reunindo informações sobre o perfil dos produtores, a organização das propriedades, a comercialização, o acesso às políticas públicas, as práticas ambientais e a percepção dos agricultores acerca de seus desafios e oportunidades. Essas informações podem servir de subsídio para os próprios agricultores, para as organizações locais e para o poder público na discussão de ações voltadas à comunidade.

A pesquisa apresenta, contudo, limitações que devem ser consideradas. O número de participantes e o recorte restrito a uma única comunidade não permitem generalizar os resultados para outras localidades. Além disso, a pesquisa, por restrição de escopo e tempo, não investigou aspectos que poderiam aprofundar a interpretação de alguns dados, como a forma de acesso aos maquinários utilizados e o tipo e a forma de aplicação dos agrotóxicos. Também é importante considerar que algumas questões permitiam a marcação de múltiplas respostas e apresentavam alternativas que não eram conceitualmente excludentes, como ocorreu na questão referente à responsabilidade pela gestão das propriedades. Essa característica exigiu maior cautela na interpretação dos resultados e limitou algumas conclusões mais específicas.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar o número de participantes e incluir outras comunidades rurais de Formiga e da região, de modo a permitir comparações entre territórios. Também se mostra relevante investigar em que medida as formas de comercialização influenciam a remuneração obtida pelos produtores, quais fatores dificultam o acesso ao PRONAF e aos mercados institucionais e quais condições favorecem ou limitam a organização coletiva dos agricultores.

Conclui-se, assim, que a agricultura familiar no Morro Cavado, embora enfrente dificuldades importantes, mantém relevância econômica, social e territorial para as famílias da comunidade, e que seu fortalecimento depende tanto da valorização do que já existe quanto da ampliação do acesso às políticas públicas, da organização coletiva e de condições mais vantajosas de comercialização.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula; FRANÇA, André Guerra de Melo; COELHO, Amanda de Melo. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 577-593, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: 26 maio 2025.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, p. 109-126, 2015.

CUNHA, Wellington Alvim da; FREITAS, Alan Ferreira de; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 3, p. 427-444, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/RqL7PnprCkXDCTWxD4GhVRj/. Acesso em: 4 jun. 2025.

EMBRAPA. **Estratégias para a agricultura familiar**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. (Texto para Discussão, 49). Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1126191/1/2Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

FORTINI, Rosimere Miranda. **Um novo retrato da agricultura familiar do estado de Minas Gerais**: a partir dos dados do censo agropecuário 2017. Viçosa, MG: IPPDS: UFV, 2021. E-book. Disponível em: https://www.ippds.ufv.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-Minas.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

GONÇALVES, Mylena Cristina; FARIA, Marcelo Crisóstomo de; OLIVEIRA, Tiago de Moura. Agricultura familiar: os desafios da gestão rural nas pequenas propriedades rurais. **Revista Agroveterinária, Negócios e Tecnologias**, v. 5, n. 2, p. 26-37, jul./dez. 2019. Disponível em: https://revista.fcc.edu.br/index.php/agroveterinaria/article/view/139/141. Acesso em: 20 maio 2025.

GOOGLE. **Google Maps**: comunidade do Morro Cavado, Formiga-MG. Mountain View: Google, 2026. Disponível em: https://www.google.com/maps/@-20.3758,-45.3478,14z. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao. Acesso em: 15 out. 2026.

IBGE. Agricultura familiar. **In**: IBGE. **Atlas do espaço rural brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332/294. Acesso em: 15 abr. 2025.

OLIVEIRA, José Gilson Carvalho de. **Análise da agricultura familiar e do PRONAF no Norte de Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2012.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Samanta Borges. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 10, n. 2, p. 67-83, dez. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.32813/rchv10n22017artigo6. Acesso em: 29 maio 2025.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro de; CÂMARA, Rita Dicacia Felipe. **Incentivo à produção agroecológica e orgânica da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: Ipea, dez. 2024. 75 p. (Texto para Discussão, n. 3070). Disponível em: https://www.econstor.eu/handle/10419/311591. Acesso em: 6 jun. 2025.

SANTOS, Rodrigo Rezende dos; WANDER, Alcido Elenor. Agronegócio, agricultura familiar e o risco das generalizações. **In**: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais** [...]. [S. l.]: SOBER, 2024. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1167434/1/sober-2024-rr.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12-31, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5656. Acesso em: 22 maio 2025.

SENA, Cleta Gonçalves de Oliveira. **A agricultura familiar da associação dos pequenos produtores rurais do Vale do Gameleira no município de Ponto Chique – Minas Gerais**. Orientadora: Ana Ivania Alves Fonseca. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017. Disponível em: https://repositorio.unimontes.br/handle/1/595. Acesso em: 3 jun. 2025.

SILVA, Antonio Vitor Morais da. **Administração aplicada à agricultura familiar**. Orientador: José Felipe Oliveira da Silva. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Faculdade do Maciço de Baturité, Baturité, 2021.

SILVA, Cleiton Lopes da. **Desafios e oportunidades na agricultura familiar**: um estudo sobre assistência técnica e acesso a recursos para pequenos produtores rurais. Orientador: Roberto Felício de Oliveira. 2024. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Estadual de Goiás, Posse, 2024. Disponível em: https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/5936. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, João Manoel da; COSTA, Jakes Halan de Queiroz. Agricultura familiar: vulnerabilidades, desafios e enfrentamentos. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 2, p. 912-927, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.48017/dj.v8i2.2454. Acesso em: 15 out. 2026.

SILVA, Luciene Gonçalves da. **A agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**: uma análise na associação comunitária dos povoados de Tapera e do Corta Jaca no município de Cruz das Almas-BA. Orientadora: Maria Lúcia da Silva Sodré. 2015. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Agroecologia) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2015. Disponível em: https://ri.ufrb.edu.br/handle/123456789/2028. Acesso em: 4 jun. 2025.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; NUNES, Emanoel Márcio. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, e252661, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661. Acesso em: 22 maio 2025.

APÊNDICE A – SÍNTESE DOS ESTUDOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR UTILIZADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO

Como forma de sistematizar as principais características dos estudos utilizados nesta pesquisa, incluindo universo investigado, metodologia, desafios identificados e benefícios ou contribuições apontadas pelos autores, foi elaborado um quadro síntese, apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Síntese dos estudos sobre agricultura familiar utilizados no referencial teórico

Autor/ano	Universo da pesquisa	Metodologia	Desafios identificados	Benefícios / contribuições
Assis; França; Coelho (2019)	Três municípios mineiros; agricultores familiares fornecedores do PNAE	Estudo de caso; entrevistas; análise documental	Barreiras de acesso aos mercados institucionais; burocracia; dificuldades organizacionais	Ampliação de renda por meio do PNAE; fortalecimento da agricultura local
Costa; Amorim Junior; Silva (2015)	Cooperativas de agricultura familiar em MG	Estudo regional; análise qualitativa e documental	Fragilidades gerenciais; baixa capacidade produtiva; entraves logísticos	Cooperativas ampliam acesso a compras governamentais; fortalecem a comercialização
Cunha; Freitas; Salgado (2017)	Agricultores de Espera Feliz – MG	Estudo de campo; entrevistas; análise de dados secundários	Baixa capacitação técnica; dificuldade de acesso a tecnologias e recursos	PAA promove inclusão produtiva e gera estabilidade de renda
Fortini (2021)	Agricultores familiares de MG (dados do Censo)	Análise estatística; estudo descritivo	Desigualdades regionais; baixa renda; pouca mecanização	Retrato atualizado do perfil produtivo da agricultura familiar mineira
Gonçalves; Faria; Oliveira (2019)	Pequenas propriedades rurais	Revisão de literatura	Gestão informal; falta de profissionalização;	Ênfase na necessidade de assistência

			dificuldade de planejamento	técnica e gestão qualificada
Lima; Silva; Iwata (2019)	Panorama nacional	Revisão sistemática de literatura	Confusão conceitual (camponês x agricultor familiar); desafios históricos	Agricultura familiar como modo de vida e pilar da segurança alimentar
Oliveira (2012)	Agricultores do Norte de Minas Gerais	Estudo de campo; entrevistas; análise documental	Acesso limitado ao PRONAF; desigualdades socioeconômicas	PRONAF amplia crédito e contribui para permanência no campo
Pereira; Brito; Pereira (2017)	Agricultores da feira livre de Conceição do Mato Dentro – MG	Abordagem qualitativa; entrevistas e observação	Dificuldade de acesso a mercados externos; dependência de intermediários	Feira livre fortalece a renda, o vínculo comunitário e a economia local
Sambuichi et al. (2024)	Agricultores familiares atendidos pelo PAA	Análise documental; estudo institucional	Baixa diversificação produtiva; entraves de logística e gestão	PAA amplia canais de comercialização e promove segurança alimentar
Santos; Wander (2024)	Discussão teórica sobre AF e agronegócio	Estudo teórico e crítico	Visões dicotômicas que geram interpretações reducionistas	Contribui para visão integrada entre agricultura familiar e sistema agroindustrial
Schneider; Cazella; Mattei (2021)	Agricultores beneficiados pelo PRONAF	Análise histórica e documental	Desigualdade no acesso ao crédito; limitações operacionais do programa	PRONAF é marco do fortalecimento produtivo e do acesso ao crédito
Sena (2017)	Agricultores do Vale do Gameleira – MG	Estudo de campo; entrevistas	Falta de políticas públicas; vulnerabilidade histórica	Políticas sociais (Bolsa Família, aposentadoria rural) favorecem permanência no campo

Silva; Nunes (2023)	Agricultores representados no Censo Agropecuário 2017	Análise quantitativa	Baixa participação em cooperativas; desigualdades territoriais	Cooperativismo como estratégia de fortalecimento econômico
Silva (2024)	Agricultores de Iaciara – GO	Questionários; estudo de campo	Acesso limitado à assistência técnica; baixa adoção de tecnologias	Com assistência técnica contínua, AF tende a se fortalecer e ampliar produtividade

Fonte: A autora (2026).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MORRO CAVADO

A)- Perfil do Produtor:

1. Quantos anos você tem:

( ) 18 a 20 anos;
( ) 21 a 30 anos;
( ) 31 a 40 anos;
( ) 41 a 50 anos;
( ) 51 a 60 anos;
( ) mais 60 anos;

2. Qual seu grau de instrução:

( ) Ensino fundamental (incompleto)
( ) Ensino fundamental (completo)
( ) Ensino médio (incompleto)
( ) Ensino médio (completo)
( ) Ensino técnico (incompleto)
( ) Ensino técnico (completo)
( ) Ensino superior (incompleto)
( ) Ensino superior (completo)
( ) Pós- Graduação (incompleto)
( ) Pós- Graduação (completo)
( ) Outro: _____
Descreva sua área de formação: (caso tenha marcado):
_____

B) Caracterização da propriedade:

3- Há quanto tempo você está nessa atividade?

( ) menos de 5 anos;
( ) 5 a 10 anos;
( ) 11 a 15 anos;
( ) 16 a 20 anos;
( ) 21 a 25 anos;
( ) 26 a 30 anos;
( ) mais de 30 anos;

4- Qual a principal atividade realizada na propriedade?

( ) Agricultura;
( ) Pecuária;
( ) Outro: _____
Descreva a atividade que exerce: _____

5- Quantas pessoas trabalham na propriedade?

( ) até 2 pessoas;
( ) 3 a 5 pessoas;
( ) 5 a 7 pessoas;
( ) Outro: _____

6- Qual o tipo de mão de obra empregada na atividade?

( ) Totalmente familiar;
( ) Familiar e terceirizada;
( ) Totalmente terceirizada;
( ) Outro: _____

C)- Caracterização da atividade produtiva:

7- A mão de obra disponível é suficiente para lidar com o trabalho?

( ) Sim;
( ) Não;

8- Como é feita a comercialização da produção da propriedade? (pode marcar mais de uma alternativa)

( ) Diretamente com o CEASA;
( ) Venda para atravessadores que encaminhem para o CEASA;
( ) Por meio de feiras livres diretamente pelos produtores;
( ) Venda para mercados e supermercados;
( ) Venda na própria propriedade;
( ) Cooperativas ou associações;
( ) Programas de Governo (PAA/PNAE);
( ) Venda para Laticínios;
( ) Venda direta para consumidor ;
( ) Venda para atravessadores de leite;
( ) Outro: _____

9- Vocês ficam com parte da produção para consumo próprio?

( ) Sim; parte ficar para o consumo da Família
( ) Sim, parte é usada para despesas da família;
( ) Não, tudo é vendido e comercializado;
( ) Outro: _____

10- Vocês sabem onde e por quem os produtos são vendidos?

( ) Sim;
( ) Não;
( ) Outro: _____

11 - Há na propriedade alguém responsável por organizar a atividade e administrar os recursos financeiros?

( ) Sim, há uma pessoa responsável pela organização e administração;
( ) Sim, há mais de uma pessoa de uma pessoa responsável pela organização e administração;
( ) Sim, todas as decisões são tomadas por todos os trabalhadores coletivamente;
( ) A organização e a administração é realizada por membros da família;
( ) Outro: _____

12- Você já recebeu alguma ajuda do governo (município; estado ou governo federal) para a realização do seu trabalho?

( ) Sim, qual tipo de ajuda recebeu?
( ) Não;
( ) Não sei;
( ) Outro: _____

Se marcou sim, qual tipo de ajuda recebeu?

_____

13- Você conhece ou já ouviu falar de algum destes programas ?

( ) Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar);
( ) PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
( ) PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
( ) Programa Fomento Rural;
( ) Não conheço nenhum programa;
( ) Outro: _____

14- Na sua propriedade você utiliza alguma tecnologia/maquinário para auxiliar na produção? (Pode marcar várias alternativas).

( ) Arado;
( ) Trator/ microtrator;
( ) Plantadeira/ semeadora;
( ) Plantio Manual;
( ) Colheitadeira;
( ) Pulverizador
( ) Roçadeira;
( ) Caminhonete/caminhão/ carreta;
( ) Moto/ triciclo;
( ) Sistema de Irrigação;
( ) Ordenhadeira mecânica;
( ) Ferramentas manuais;
( ) Bomba de água;
( ) Não utiliza maquinários/ tecnologias;
( ) Outro: _____

15- Você utiliza agrotóxicos na produção?

( ) Sim;
( ) Não;

16- Como é feito o descarte do lixo na sua propriedade?

( ) Queima;
( ) Recolhido e levado para cidade;
( ) Enterrado na propriedade;
( ) Descarte em caçamba/ coletor;
( ) Outro: _____

17- Você realiza preservação das nascentes na propriedade?

( ) Sim, por meio do plantio de árvores, com cercamento da nascente, evitando o descarte de lixo de poluentes;
( ) Não;
( ) Não possui nascente na propriedade;
( ) Outro: _____

D)- Desafios e oportunidades da agricultura familiar:

18- Você percebe algumas destas dificuldades no seu trabalho? (Pode marcar mais de uma alternativa).

( ) Concentração Fundiária;
( ) Limitação de acesso ao maquinário;
( ) Falta de regularização / formalização de documentos;
( ) Baixa capacitação;
( ) Dificuldades na comercialização;
( ) Vulnerabilidade socioeconômica;
( ) Falta de mão de obra;
( ) Problemas de Transporte;
( ) Problemas Climáticos;
( ) Estradas Ruins que dificultam o transporte;
( ) Falta de energia/ quedas frequentes de energia;
( ) Dificuldade de acesso a programas do governo;
( ) Baixo preço dos produtos;
( ) Dificuldade para comprar materiais para produção;
( ) Alto custo da produção leiteira;
( ) Outro: _____

19- Quais dessas oportunidades/ benefícios você observa no seu trabalho? (Pode marcar mais de uma alternativa).

( ) Favorece o desenvolvimento sustentável (respeito ao meio ambiente);
( ) Possibilita a segurança alimentar (fornece sustento);
( ) Permite geração de emprego, trabalho e renda;
( ) Possibilita a organização coletiva;
( ) Participação em programas sociais do governo;
( ) Permite a permanência no campo/ roça;
( ) Possibilita formar cooperativas;
( ) Possibilita comercializar os produtos;
( ) Produção de alimentos frescos e saudáveis;
( ) Possibilita trabalhar em família;
( ) Gera renda extra;
( ) Melhora qualidade de vida;
( ) Incentiva o cuidado com a terra e a natureza;
( ) Valoriza o produtor rural;
( ) Outro: _____